

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
DO SUL FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
– FACH**

TAYS MIRIAN OLIVEIRA ALMEIDA

**Aliança entre antropólogos e os povos Guarani e Kaiowá:
relações possíveis?**

Campo Grande, MS

2025

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
DO SUL FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
– FACH**

TAYS MIRIAN OLIVEIRA ALMEIDA

**Aliança entre antropólogos e os povos Kaiowá e Guarani:
relações possíveis?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso Do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais, sob orientação do Professor Doutor Álvaro Banducci Júnior.

Campo Grande, MS
2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente à minha família, minha mãe Mira Garcia, minha primeira e maior inspiração e que em todo momento me apoiou e acreditou em mim, sendo meu abrigo e porto seguro. Agradeço aos meus irmãos e aos meus avós, dona Sônia e seu Manoel, por todo o apoio e amor. Agradeço aos meus amigos, entre eles, Laísa Elena, Layane de Jesus, Janaína Perozzi, Thamiris Rosel, Larissa Sandim, Mariana Lima e Yasmin Costa, que foram a minha força nos momentos em que eu hesitei e me ajudaram a acreditar que meus sonhos são possíveis e que eu conseguiria concluir o curso de Ciências Sociais, eles foram muito convincentes e maravilhosos.

Agradeço ao meu orientador Álvaro Banducci e a todos os professores e antropólogos que acreditaram nessa pesquisa e colaboraram para que ela saísse do mundo das ideias e se materializasse, agradeço especialmente aos pesquisadores Andréa Lúcia Rodrigues Cavararo, Antônio Hilário Aguilera Urquiza, Diógenes Egídio Cariaga e Levi Marques Pereira.

Agradeço grandemente a todos os professores com que tive contato durante a graduação e ao povo Kaiowá e Guaraní, que em todas as oportunidades que tive de estar em seus territórios por meio do Professor Antônio Hilário Aguilera Urquiza na região de Caarapó e Amambai durante meu ciclo de pesquisa de iniciação científica voluntária, foram muito atenciosos e dispostos a estabelecer trocas afetuosas e muito significativas através dos contatos que tivemos.

Assim como, agradeço também a liderança Kaiowá Valdelice Veron, que ao palestrar em um evento na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, me despertou para esse assunto tão importante que é a relação de aliança entre os antropólogos e seu povo.

Para todos, meu muito obrigada.

RESUMO

A presente pesquisa visa compreender as relações estabelecidas entre antropólogos e indígenas, mais especificamente entre os Kaiowá e Guarani e os antropólogos que pesquisam e trabalham em conjunto no Mato Grosso do Sul. Buscando entender se as relações estabelecidas são de aliança e como os pesquisadores as entendem, se seguem a visão guaranítica de aliança ou não. Objetiva-se também compreender as características dessas relações, e para isso, foram realizadas entrevistas com os antropólogos Andréa Lúcia Cavararo Rodrigues, Antônio Hilário Aguilera Urquiza, Diógenes Egídio Cariaga e Levi Marques Pereira e revisão bibliográfica. Através das análises das entrevistas, as relações dos antropólogos demonstraram que a noção de aliança se fez presente de acordo com suas histórias particulares, trajetórias pessoais e suas especificidades teóricas e de campo. Destacou-se em cada interlocutor suas categorias específicas para a relação de aliança, como a aliança a partir do afeto e confiança, do comprometimento político, de implicação e ação política, de amizade e comprometimento com a compreensão de mundo.

Palavras-chave: Relações, relação de aliança, antropólogos, povos indígenas, Kaiowá e Guarani, aliança.

ABSTRACT

This research aims to analyze the relationships established between anthropologists and Indigenous peoples, specifically between the Kaiowá and Guarani and the anthropologists who research and work together in Mato Grosso do Sul. It seeks to understand whether these relationships constitute alliances and how researchers understand them, whether or not they adhere to the Guarani view of alliance. It also seeks to understand the characteristics of these relationships, and for this purpose, interviews were conducted with anthropologists Andréa Lúcia Cavararo Rodrigues, Antônio Hilário Aguilera Urquiza, Diógenes Egídio Cariaga, and Levi Marques Pereira, along with a literature review. Through the analysis of the interviews, the anthropologists' relationships demonstrated that the notion of alliance was present, shaped by their individual histories, personal trajectories, and specific theoretical and field experiences. Each interlocutor highlighted their specific categories for the alliance relationship, such as the alliance based on affection and trust, political commitment, political participation and action, friendship, and commitment to understanding the world.

Keywords: Relationships, alliance relationship, anthropologists, indigenous peoples, Kaiowá and Guarani, alliance;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
1.QUEM SÃO OS KAIOWÁ E GUARANI E A RELAÇÃO DE ALIANÇA...	09
1.1 A relação de aliança para os povos indígenas.....	11
1.2 A relação de aliança para os Kaiowá.....	15
2.A RELAÇÃO DOS ANTROPÓLOGOS COM OS KAIOWÁ E GUARANI: A ALIANÇA COMO UMA POSSIBILIDADE OU UMA CERTEZA?	18
2.1 Uma antropóloga em campo.....	18
2.2 Amizade e compromisso.....	24
2.3 “Um antropólogo regional”.....	29
2.4 Etnologia, comprometimento e compreensão.....	35
CONCLUSÃO.....	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	44

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa elucidar sobre a relação de aliança entre os povos indígenas e os antropólogos, seu foco é específico nos povos Kaiowá e Guarani e os antropólogos de Mato Grosso do Sul que os estudam e trabalham em conjunto com essas comunidades.

O interesse por esse tema nasceu da fala da liderança Kaiowá Valdelice Veron quando, palestrou na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e enalteceu a aliança de seu povo com alguns setores da universidade, conclamou antropólogos/as e estudantes ali presentes a ampliar e reforçar essa aliança em torno de suas demandas por terras e direitos.

Primeiramente, a ideia da pesquisa se deu pelo anseio de investigar o sentido dessa relação de aliança para os Kaiowá e Guarani, almejando investigar a perspectiva da liderança que realizou a palestra para compreender o significado e importância dessa relação para si e para o seu. Entretanto, devido a dificuldades para estabelecer comunicação e prosseguir com a pesquisa, voltamo-nos para o outro lado dessa aliança, a perspectiva dos antropólogos que trabalham com o povo Kaiowá e Guarani e sua leitura a partir do ambiente acadêmico.

A ideia de aliança com setores da Universidade e suas possibilidades tal como exposta na fala da liderança indígena chamou a atenção. Se para a líder Kaiowá-Guarani aquele era um lugar de conexões e trocas, como tende a ser para a academia, e a antropologia em particular, a relação que mantém com os povos tradicionais por meio de pesquisas e projetos sociais? Como tende a ser a relação estabelecida entre os antropólogos e os povos que estudam? A pesquisa antropológica se constitui em um trabalho em conjunto com a comunidade, resultando em relações de aliança, ou como uma relação estritamente acadêmica durante o período de realização das pesquisas, projetos e atividades? Como se deram e se dão essas relações no trabalho e na interpretação dos antropólogos?

Para compreender o sentido desses encontros e sua consonância com o pensamento indígena, foi realizada uma breve análise sobre a noção de aliança para os povos indígenas em geral e para o povo Kaiowá e Guarani em particular, bem como, foram realizadas entrevistas com antropólogos de Mato Grosso do Sul, amplamente conhecidos por seus trabalhos e pesquisas com o povo Kaiowá e Guarani e com outros povos indígenas do Brasil, visando compreender o modo como se deram suas relações com os grupos estudados.

Através das entrevistas com os etnólogos e pesquisadores, nos foi permitido analisar como percebem as relações que mantêm com as etnias estudadas e se as entendem e praticam na condição de aliança numa lógica consonante com a desses povos. O propósito das entrevistas

foi compreender como antropólogos e antropólogas de Mato Grosso do Sul, que pesquisam etnias Guarani- Kaiowá, definem suas relações com esses povos e se as entendem, para além do campo acadêmico, como relações de aliança. O trabalho procura compreender, da mesma forma, se essas relações se pautam na lógica de aliança tal como concebida pelos indígenas Kaiowá e Guarani.

A pesquisa foi realizada a partir da metodologia qualitativa, através de revisão bibliográfica, para compreender a noção de aliança para os povos indígenas e para os Kaiowá e Guarani especificamente, e foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os antropólogos/as, etnólogos/as e pesquisadores/as Andréa Lúcia Cavararo Rodrigues, Antônio Hilário Aguilera Urquiza, Diógenes Egídio Cariaga e Levi Marques Pereira, para entender como estabeleceram suas relações com os povos indígenas e como eles entendem e categorizam essas relações.

Para desenvolver a pesquisa, foi necessário fazer uma contextualização sobre o povo Kaiowá e Guarani e, em seguida, realizar um levantamento acerca da noção de aliança para os povos indígenas em geral e para os Kaiowá e Guarani em particular. Assim, o foco se voltou para a noção de aliança tal como concebida, primeiramente, por, Lévi-Strauss (1982), que encontra nas regras do casamento exogâmico, decorrente das proibições do incesto, o fundamento da troca entre grupos e as conseqüentes relações de afinidade, de parentesco, políticas, entre outras que ali se estabelecem. O interesse seguiu para a compreensão do modo como alguns povos indígenas concebem e vivenciam atualmente as relações de aliança, sejam internas ou externas ao grupo e, mais detidamente, em como ela é concebida e se processa entre os Kaiowá e Guarani, tendo atento para a importância e relevância dessa relação e em como ela é definida por eles.

Por fim, mediante as entrevistas semiestruturadas, o trabalho se ateve à perspectiva dos pesquisadores e pesquisadoras, quando então puderam discorrer sobre suas relações com os povos indígenas, relatando como elas se estabeleceram, como as definem e classificam, se consideram tratar-se de alguma forma de aliança, e se esta segue a lógica de alianças dos Kaiowá e Guarani, bem como, se consideram que o fazer antropológico e os seus fazeres antropológicos em particular, resultam em alianças com os povos indígenas Kaiowá e Guarani.

CAPÍTULO 1 - QUEM SÃO OS KAIOWÁ E GUARANI E A RELAÇÃO DE ALIANÇA.

Os povos Kaiowá e Guarani fazem parte do tronco tupi, pertencem à família linguística Tupi-Guarani (PEREIRA, 1999) e fazem parte das populações indígenas Guarani, que constituem uma das populações com maior presença territorial no continente sul-americano, (MELIÀ, Bartomeu et all. 1976). Estão subdivididos pelos seguintes grupos: os Mbyá, os Pãi-Tavyterã (no Brasil conhecidos como Kaiowá), os Ñandeva e os Ache-Guayakí (MELIÀ, Bartomeu et all. 1976).

O mapa continental de 2016 informa que os Guarani se somam aproximadamente 280 mil pessoas, localizadas entre os seguintes países da América Latina: Bolívia, Paraguai, Argentina e Brasil e ocupam pequenos territórios com mais de 150 quilômetros de cada lado da fronteira do Brasil com o Paraguai (PEREIRA, 2016). Segundo Seraguza (2015) e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI - (2015), a população Kaiowá no Mato Grosso do Sul ocupa mais de 90 áreas, ultrapassando estimativas de 60 mil pessoas.

No Mato Grosso do Sul, encontram-se nas regiões sul e centro, e estão distribuídos nas áreas que percorrem os rios Apa, Dourados e Ivinhema, que fazem divisa com o Paraguai e se prolongam até o norte do Estado de MS onde fazem divisa com o território dos Terena (CAVARARO, 2019).

É notória a relevância do território para os Kaiowá e Guarani. Colman (2015) reafirma que: “O território, para os Kaiowá e Guarani, se caracteriza como espaço de comunicação, no qual a possibilidade do *Oguatá* ou *Ojeguata*, que quer dizer, genericamente, “caminhar”, na língua Guarani, é dimensão fundamental”. Colman também ratifica a concepção territorial Guarani:

O povo Guarani possui uma concepção de territorialidade que engloba toda a região leste do Paraguai, nordeste da Argentina, e, no Brasil, todo o estado de Mato Grosso do Sul (MS) e os estados do sul e sudeste; essa região é denominada pelos Guarani de *Ñane Retã* - que poderia ser traduzido por “Nosso País, ou Território” - espaço no qual os Guarani vivem e estabelecem as suas comunidades (COLMAN, 2015, p.45)

Em seus territórios, sejam os já demarcados, os que estão em processo de demarcação ou aqueles que estão em processo de retomada por parte do povo, eles lutam e resistem para poderem viver o *teko porã*, que significa, o bom modo de ser e viver, mesmo encontrando muitas dificuldades e percalços.

O povo Kaiowá possui como principais bases de sua organização social a parentela e o fogo doméstico que, segundo Pereira (2004), compõem a estrutura social e ambos fundamentam

e orientam toda a sua vida social.

A parentela baseia-se em famílias extensas, que se constituem como organizações que abrangem os âmbitos político, social, econômico e religioso das comunidades e são geralmente regidos pelos mais velhos, o *tamoi* (avô), a *jari* (avó) ou o *tamoi guassu* (bisavô) e a *jari guassu* (bisavó e tataravó), conforme Mura (2006), são eles quem estão à frente das parentelas. Pereira (2004), afirma o seguinte sobre a estrutura da parentela:

A parentela combina em sua estruturação diversos vetores de aproximação com a finalidade de cimentar relações e formar grupos: 1) parentesco cognático; 2) alianças matrimoniais; 3) alianças políticas, baseadas em amizade, redes de apoio mútuo e relações-de compadrio; 4) participação em uma mesma comunidade religiosa, seja ela organizada pelo xamã, no modelo tradicional, seja organizada pelo pastor pentecostal Kaiowá, que ocupa no modelo de organização social o mesmo papel estrutural do xamã. Todos estes vetores são acionados a partir da figura central do cabeça da parentela. (PEREIRA, 2004, P.100)

Se relaciona ao sistema de parentelas outros sistemas, como o fogo doméstico e o *tekoha*. O fogo doméstico se constitui no primeiro espaço social que todo Guarani tem como referência e no qual será formado. Logo, é a organização social que se responsabiliza pela criação das crianças, as relações políticas, religiosas e consanguíneas da parentela em questão. A responsabilidade por manter e cuidar dos fogos é das mulheres. Seraguza (2023), em sua tese sobre as mulheres Kaiowá e Guarani, afirmou que o fogo doméstico é a instituição central que regula o fluxo da vida social do povo Kaiowá. Pereira (2004), descreveu da seguinte maneira o fogo doméstico:

O fogo constitui a unidade sociológica mínima no interior do grupo familiar extenso ou parentela, composta por vários fogos, interligados por relações de consanguinidade, afinidade ou aliança política. O pertencimento a um fogo é pré-condição para a existência humana entre os Kaiowá. O fogo prepara os alimentos, protege contra o frio e em torno dele as pessoas se reúnem para tomar mate ao amanhecer e ao anoitecer. Para Kaiowá, é impensável a condição de saúde física e estabilidade emocional fora da sociabilidade livre e descontraída que ocorre no círculo de parentes próximos. (PEREIRA, 2004, P.60)

Por fim, o chamado *tekoha*, é outro sistema de cooperação, assim como a família extensa, para a socialização dos Kaiowá e Guarani, e se fundamenta como a base política, social e religiosa das comunidades. Meliá (2008) aborda o *tekoha* como o lugar do modo de ser, o território onde se pode ser Kaiowá e se manifesta em práticas cotidianas, em áreas de retomada, festas religiosas, decisões políticas, conflitos e ameaças sobrenaturais, nas quais, a relação entre o território e o ser Kaiowá se mostram entrelaçados e onde se pode ver o povo praticando o seu modo de vida.

O *Tekoha*, segundo Colman (2015), se caracteriza também como: “[...] Terra Indígena,

ou “lugar onde se realiza o jeito de ser”. Pereira (2004) define, por sua vez, o *tekoha* como a rede de alianças entre as parentelas:

Procuro demonstrar que o *tekoha* pode ser mais bem descrito como uma rede de relações político-religiosa, comportando grande dinamismo em termos do número e da forma de articulação das parentelas que entram na sua composição, tendendo a assumir uma configuração flexível e variada em termos populacionais. (PEREIRA, 2004, p.125)

Nesse sentido, Pereira (2004) afirma também que mesmo que o *tekoha* seja definido como uma rede de alianças para os Kaiowá, permanece também sinônimo do lugar onde se realiza o modo de ser Guarani, definição clássica fundada por Meliá.

Essas são as características sociais básicas do povo Kaiowá e Guarani, e é visível o quanto a noção de aliança faz parte de sua cultura. Para nos aprofundarmos nessa relação, será feita uma breve descrição baseada em pesquisa bibliográfica, sobre a concepção da relação de aliança para os povos indígenas.

1.1 A relação de aliança para os povos indígenas

Para compreender a noção de aliança indígena, é necessário analisar como se configura essa relação entre diferentes povos. Busquei compreender, de forma genérica, o princípio da aliança, através da teoria da aliança elaborada por Lévi-Strauss (1982), para então, me voltar ao modo como os povos indígenas atualmente têm visto e vivido esse tipo de relação.

Lévi-Strauss (1982) analisou a estrutura das relações sociais através da regra da proibição do incesto, ele afirmou que “Considerada do ponto de vista mais geral, a proibição do incesto exprime a passagem do fato natural da consanguinidade ao fato cultural da aliança” (LÉVI-STRAUSS, 1982, p.70). A partir dessa regra social, que exigiu que os casamentos fossem realizados com membros não pertencentes ao grupo de cada um dos cônjuges, a exogamia foi estimulada, e as trocas de cônjuges daí decorrentes desencadearam os sistemas de alianças. E a aliança permite que os povos estabeleçam relações recíprocas, de amizade, de afinidade e de auxílio mútuo, bem como o autor afirmou: “O conteúdo da proibição não se esgota no fato da proibição. Esta só é instaurada para garantir e fundar, direta ou indiretamente, uma troca.” (LÉVI-STRAUSS, 1982, p.91)

A troca recíproca ou generalizada resulta em afinidade. A partir dela define-se quem são os aliados, aqueles com os quais se pratica a troca, e os inimigos, aqueles com quem não há troca. Pereira introduz e explica a teoria de Lévi-Strauss, que trouxe a percepção de que a aliança possui grande destaque nos sistemas indígenas sul-americanos.

O Lévi-Strauss, a partir dos estudos que ele fez com Nambikwara e outros povos. Ele vai descobrindo também o quanto que a aliança é fundamental, pelo menos no caso dos sistemas indígenas sul-americanos, para você pensar esses sistemas. E, aliança e afinidade, na linguagem do parentesco, são o mesmo procedimento. Então, a aliança, ela é traçada por um limite entre quem pode ser incluído no campo da convivência, da vida política, e quem está fora. Na verdade, a aliança delimita os grupos. Então, você tira o estatuto da guerra como princípio de relação e instaura o princípio da aliança. Como princípio geral da interação entre os grupos. Não é uma teoria que a minha teoria, é uma teoria do Lévi-Strauss. Mas a gente trabalha muito com isso, com essa ideia da aliança e do aliado... Daí você muda a regra também, você muda o sistema. Daí você tem o aliado com quem você troca e tem pessoas de outro grupo com as quais você não troca. E se você não troca, você guerreia. Então, funciona mais ou menos assim: o grupo dos consanguíneos, ou que se considera como consanguíneo, porque sempre vai ter não consanguíneo no meio por causa das trocas, os outros grupos que são aliados, onde existe troca, e os grupos onde não tem troca. Esses que são os inimigos. E o Lévi-Strauss vai dizer inclusive, que as guerras são trocas mal-sucedidas. Então, onde você não consegue trocar, você guerreia. (PEREIRA. Entrevista. 2025)

Essa abordagem e teoria elaborada por Lévi-Strauss, é definida pelo seu caráter social e político, entretanto, a aliança encontra várias perspectivas na antropologia, desde a aliança como fundamento do social, a troca matrimonial que permite o vínculo de grupos distintos, tal como teorizada por Lévi-Strauss até a aliança com caráter afetivo e político.

Sem o propósito de me alongar na discussão teórica sobre aliança e seus significados na antropologia, mas buscando evidenciar a amplitude de sentidos dessa categoria, como aqueles decorrentes de seu caráter político, afetivo e de sociabilidade tal como os povos indígenas experienciam através dos tempos esse tipo de relação, trago aqui as reflexões do intelectual indígena Ailton Krenak. Em uma entrevista concedida a Pedro Cesarino, em 2016, Krenak discorreu acerca da noção de aliança efetiva, categoria por ele formulada, e abordou, na ocasião, o tema das alianças com não indígenas, tendo como parâmetro sua experiência pessoal.

Durante a entrevista, Krenak afirmou que para ele, a aliança significa troca e que, ele há muito tempo já havia notado que a forma dos brancos, ocidentais, de se relacionarem imprime marcas no mundo, abre rotas e essas rotas são movidas pelo interesse de saquear o roteiro, de tomar para si as narrativas, as histórias e tudo que enxergar de valor. Enquanto caminham, não plantam ou semeiam, só colhem. O autor percebeu que essa dinâmica, muito diferente da dinâmica de seu povo, não inclui nenhum investimento para criar relações duradouras. As relações e as pessoas se tornam descartáveis, os afetos são criados para suprir uma necessidade momentânea e depois desaparece.

Eram todos casamentos temporários, casamentos de circunstância. Passado aquele primeiro movimento, as relações pessoais passam a supor que as pessoas sejam descartáveis. Você descarta certas pessoas e vai buscar outras, e nesse mote vai acessando recursos. As pessoas são só uma passagem para alcançar algum outro lugar, algum outro acesso. Elas não contam em si, não dão tempo, não possibilitam a

construção ou a formação de ideias, o estabelecimento de afetos que não busquem um objetivo imediato, que possam prosperar e constituir um ambiente criativo, de invenção, de criação no sentido mais prazeroso, em que os afetos são espontâneos. Em que a ideia do tempo seja determinante para o espaço, uma espécie de dilatação do tempo. Dilatar esse tempo ordinário das nossas relações e possibilitar a criação de vazios para as visões, para os sentimentos das pessoas, para as elaborações que um coletivo pode ter sobre aquilo que é o sonho. Aquilo que é sonho. E realmente continuo observando que o pensamento do branco, como diz o meu querido Davi Kopenawa Yanomami, é cheio de esquecimento. (KRENAK, 2016, p.2)

Krenak afirma que essa natureza essencial e totalizante impede a relação de aliança com os povos indígenas e que a aliança, para ele, é troca com todas as possibilidades, compartilhamento de experiências, negociação de afetos e de mundos diferentes que se conversam. É necessário estar entre mundos, buscando conexões, trocas e pertencimento entre os vários mundos existentes, afirma o líder indígena.

Nesse mesmo sentido, o antropólogo Eduardo Sales de Lima (2022), em sua tese acerca da relação de aliança entre os indígenas e não indígenas, afirma que o modo de vida dos brancos os confina, reduz e limita suas capacidades de se relacionar com os povos indígenas, o que resulta em torná-los potenciais confinantes dos povos e comunidades com as quais possam se relacionar, cerceando as possibilidades e maneiras dos povos indígenas se relacionarem e viverem, o que por sua vez, restringe a troca de boas afecções entre os dois mundos, o mundo indígena e o mundo branco. O antropólogo utiliza o termo afecção, do filósofo Deleuze (1997), para definir sua concepção de afeto: “A afecção é o que acontece na relação entre corpos; e seu encontro, choque no espaço. Afeto é o que advém daí, produto de afecção, mudança no modo do corpo, em sua potência, ou seja, os afetos supõem sempre afecções de onde derivam”.

Sales vai dizer que a aliança para o povo Guarani Mbyá implica em estar junto, fortalecer-se, alegrar-se e promover bons encontros a partir de alteridades dialogáveis (SALES, 2022). Em sua tese, o autor discorre sobre o significado dessa relação para os Mbyá e sobre os fatores que fazem com que ela aconteça, tais como o afeto, a troca de aprendizados e a escuta.

José Pimenta e Maria Emília Coelho (2024), em um artigo acerca dos povos Yine-Manxineru e os Ashaninka, que vivem na fronteira entre o Brasil e o Peru, discorreram sobre o tema das alianças transfronteiriças e seu papel no cuidado de seus territórios e parentes, bem como na manutenção do protagonismo dos povos indígenas da região do Amazonas.

É através de suas alianças que esses povos definem estratégias para lidar com as ameaças advindas dos Estados Nacionais e de grileiros, garimpeiros e madeireiros, visando a proteção de seus territórios e suas gentes. Mediante articulações entre si e com aliados externos, elegeram representantes de seus povos na política local e se articulam para dar visibilidade nacional e

internacional às dificuldades enfrentadas em seus territórios.

Segundo Pimenta e Coelho (2024), a aliança entre os povos transfronteiriços, além de ser uma estratégia política, se configura como uma maneira de sobrevivência, uma forma de protegerem uns aos outros e de manterem seus modos de vida. A relação de aliança é não só uma forma de organizar-se politicamente, como também de fazer política, a aliança enquanto ação política.

O antropólogo Octaviano (2024), em sua dissertação acerca da ação política da Juventude Kaiowá, afirma que:

A criatividade Kaiowá e Guarani se expressa nas suas mais variadas formas de composição com diversos agentes. Seus modos de recomposição se reconfiguram a partir dos seus modos de fazer política como uma relação de aliança, portanto provisória, com agentes estatais alheios. (OCTAVIANO, 2024. P.68)

O autor trabalha o fazer político da juventude Kaiowá, a partir da RAJ - coletivo de jovens Kaiowá e Guarani organizados na Retomada *Aty Jovem* – como uma forma de defesa das violências sofridas por eles. E essa relação de aliança da juventude enquanto ação política, possui também para os Kaiowá e Guarani, a tentativa de pacificar os não indígenas, tornando-os aliados (CARIAGA, 2019).

Portanto, a aliança para os povos indígenas, se relaciona com as regras sociais, com os sistemas de parentesco e casamento (LÉVI-STRAUSS, 1949), com os afetos e formas de se relacionar (KRENAK, 2016) e com a estratégia política (PIMENTA E COELHO, 2024). Essa relação participa do modo como enxergam o mundo, auxilia nas estratégias de sobrevivência, e se dá também como uma maneira de permanecer existindo e se reinventando, bem como também a partir dela, estabelece formas de sociabilidade com os povos à sua volta.

Entretanto, é sabido, como afirma Krenak (2016), que a relação de aliança para os povos indígenas, não se configuram apenas entre humanos, a troca acontece com a natureza e com os não humanos, de acordo com a cosmologia e cosmovisão de cada sociedade. Segundo ele:

As relações não são percebidas como potência que ocorre só entre pessoas, no sentido comum em que nós entendemos as pessoas, as relações humanas, as relações sociais. Elas são alianças com muitas outras potências que estão dadas, que são possíveis. O raio, a chuva, o vento, o sol, a brisa, as paisagens. Aliança é troca com todas as possibilidades, sem nenhuma limitação. (KRENAK, 2016, P.3)

Da mesma forma, como diz Octaviano (2024) acerca dos Kaiowá e Guarani, “pela via da reativação dos cantos-reza *-ñembo’e*, esses povos realizam suas formas de aliança com outros seres que habitam em outros patamares, e nisso reside uma parcialidade da criatividade e das artes da resistência dos Kaiowá e Guarani.”

Após essa breve contextualização dos significados da relação de aliança para os povos indígenas, falaremos em seguida sobre as significações dessa relação especificamente para o povo Kaiowá e Guarani.

1.2 A relação de aliança para os Kaiowá

A aliança para o povo Kaiowá e Guarani, perpassa principalmente suas principais bases organizacionais, como a parentela, os *tekohas* e os fogos domésticos que são formados muitas vezes por alianças políticas e também a partir do matrimônio, que é considerado uma relação de aliança entre os casais (SERAGUZA, 2013). Nesse sentido, através dos casamentos, a sociedade amplia a possibilidade de criação de outros núcleos domésticos, aumenta o número de alianças e fortalece as parentelas (SERAGUZA, 2013).

A parentela, por sua vez, são as famílias extensas que, nas palavras de Pereira (2004), “se distribuem no espaço e se reproduzem no tempo”, e para que isso aconteça, as alianças entre elas são fundamentais para que as famílias nucleares e os fogos não se dissolvam.

A própria parentela em si, é baseada na relação de aliança, pois, não depende exclusivamente de laços sanguíneos. Pereira (2013) afirma sobre as parentelas:

Assim, parente é para o Kaiowá uma macro categoria que comporta graus de intensidade diversa, ou seja, uma pessoa pode ser menos ou mais parente, e uma das formas de estabelecer a distinção é através da distância ou proximidade em termos de laços de sangue. Residir em um mesmo local e participar de uma mesma unidade política são, por excelência, as formas de afirmação do parentesco, quem é parente deve viver junto e cooperar, quem vive junto e coopera deve ser parente. (PEREIRA, 2013, p.89)

Além do sistema de parentelas, a noção de aliança para os Kaiowá e Guarani se mostra e compõe também nos *tekohas*, que se configuram em redes de aliança entre as parentelas. Nesse sentido, as redes de alianças entre fogos, parentelas e *tekohas* são como o centro da vida social, e a compreensão desses sistemas sociais Kaiowá que se relacionam e são compostos pela noção de aliança, é imprescindível para a compreensão da organização social e das formas de territorialização da formação social desse povo (PEREIRA, 2013).

Além das organizações sociais Kaiowá, Pereira (2013) afirma também que relações como a amizade e companheirismo, são muito importantes na constituição de redes de alianças e que elas são relevantes inclusive para selar, posteriormente, relações de alianças ainda mais permanentes, como o compadrio ou trocas matrimoniais.

Além dessa aliança ser uma forma de compreender o mundo Kaiowá, Santos elabora que: “A aliança ou a ancestralidade nunca se restringem à dimensão mundana, estando a política

e o parentesco espalhados por todo o cosmos” (SANTOS, 2017). Dessa maneira, essa relação será encontrada por toda a construção social, cultural e cosmológica Kaiowá e Guarani, não é exclusiva do parentesco ou da ancestralidade, estará por todos os lados. E para os Kaiowá e Guarani podem ser compostas ou descompostas de acordo com as ações políticas deles e com quem eles se relacionam, o Cariaga, em sua tese em 2019, escreveu:

Entre os Kaiowá, compreender os modos como são compostas e descompostas relações de alianças e parcerias demanda que ampliemos a escala de personagens da ação política com os quais eles se relacionam, lideranças tradicionais e lideranças constituídas estão em conexão com um amplo campo de formas de prestígio alcançadas através das relações com outros indígenas (xamãs, professores, líderes de famílias extensas) e não indígenas (pesquisadores, indigenistas, políticos, operadores de direitos, missionários, igrejas, comerciantes, pastores), todos estes personagens podem ocupar uma posição interpretada como sendo pessoas de dentro e/ou os pessoas de fora do sistema de aldeia. No entanto, sobre as formas de ampliar o prestígio, estão também elencados a participação de entes não humanos, como os *jara*, os *xiru*, os cantos-rezas, entre outros entes e artefatos, como tratores, implementos agrícolas, pequenos comércios, etc. (CARIAGA, 2019, p.274)

Logo, a compreensão das relações de aliança depende também dos personagens, sejam eles humanos ou não humanos, dos espaços que eles ocupam e das ações políticas com as quais eles se relacionam, sejam elas internas, lideranças, xamãs, professores que estão dentro do sistema dos territórios ou externas, políticos, pesquisadores, que são de fora dos territórios.

A aliança ocupa um lugar de destaque nas relações políticas entre os Kaiowá, ao realizarem festas-rituais, ao organizarem um casamento e articulações políticas como a Grande Assembleia *Aty-Guasú* ou a *Kuñague Aty Guasu*, grande assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani, ou mesmo para realizarem retomadas e se defenderem das muitas violências sofridas. Esses acontecimentos e atividades são promovidos mediante costuras políticas estabelecidas entre eles, entre suas parentelas e parceiros distantes ou próximos, demonstrando uma grande dinâmica de agenciamento e afirmação de alianças, meio eficaz para se reconectarem com a comunidade e para se reinventarem enquanto sociedade (OCTAVIANO, 2019).

Concluindo, a aliança para o povo Kaiowá e Guarani está em suas organizações sociais fundamentais como a parentela, o fogo doméstico e o tekoha. Mostra-se presente também em suas dinâmicas de relações interpessoais como em suas relações de amizade e casamentos, em suas articulações políticas que resultam em organizações e coletivos, como a RAJ –, coletivo de jovens Kaiowá e Guarani organizados na Retomada *Aty Jovem* –, como as grandes assembleias *Aty Guasu* e *Kuñague Aty Guasu*, em seus movimentos de retomar seus territórios e em suas organizações para realizar comemorações e rituais com seus parceiros e parentes. Essa relação pode ser firmada e revista quantas vezes forem necessárias. Ela depende dos seres

que dela participam e com ela estão envolvidos, sejam humanos ou não humanos, e de quais espaços e posições esses seres ocupam, de onde provêm, se pertencem ao território ou não. Devido a esses fatores, é possível identificar uma dinâmica particular a orientar as relações de aliança entre os Kaiowá e Guarani, permeada por múltiplas motivações e fatores que perpassam toda a construção social daquelas sociedades, sua cultura e cosmologia, não se restringindo à um único aspecto ou âmbito (SANTOS, 2017).

CAPÍTULO 2 - A RELAÇÃO DOS ANTROPÓLOGOS COM OS KAIOWÁ E GUARANI: A ALIANÇA COMO UMA POSSIBILIDADE OU UMA CERTEZA?

Após discorrer brevemente acerca da noção de aliança para os povos indígenas e para os povos Kaiowá e Guarani, pretendeu-se aqui compreender como se dá para os antropólogos as relações que estabelecem com os povos indígenas. Para isso, entrevistas foram realizadas com um grupo de antropólogos e antropólogas de Mato Grosso do Sul renomada tradição em pesquisa com os povos Kaiowá e Guarani, sendo eles Andréa Lúcia Cavararo Rodrigues, Antônio Hilário Aguilera Urquiza, Diógenes Egídio Cariaga e Levi Marques Pereira.

As entrevistas tiveram o propósito de compreender o modo como se estabeleceu o contato dos pesquisadores com os povos indígenas Kaiowá e Guarani, buscando identificar se as relações decorrentes desses encontros foram entendidas primordialmente como de caráter científico, regidas por critérios e condições estritamente acadêmicas ou se houve desdobramentos outros, tais como políticos, institucionais e afetivos que nortearam e/ou consolidaram relações de maior proximidade e mais duradouras entre pesquisador e pesquisado.

Da mesma forma, o estudo pretende identificar se os antropólogos percebem as relações estabelecidas com os Kaiowá e Guarani como sendo relações de aliança, se essas estariam pautadas numa lógica de aliança tal qual concebida pelos Kaiowá e Guarani e se entendem que suas pesquisas antropológicas constituem canais de formação de alianças com os povos indígenas, de que natureza e grau. Por fim se percebem que a construção de uma relação de aliança é necessária para que se possa realizar pesquisas e construir um relacionamento com os povos indígenas.

2.1 Uma antropóloga em campo

A pesquisadora Andréa Lúcia Cavararo, teve seu primeiro contato com povos indígenas quando morou no Rio Grande do Sul com indígenas da etnia Guarani que costumavam ir à cidade de Santa Maria para vender seus artesanatos e frutas. E ao vir para o Estado de Mato Grosso do Sul, a pesquisadora se deparou com a oportunidade de conhecer mais a cultura dos povos indígenas, “quando eu cheguei aqui, houve a oportunidade de estar mais, conhecer mais a cultura e poder trabalhar com isso” (CAVARARO. Entrevista. 2025).

O contato da pesquisadora Cavararo com os povos Kaiowá e Guarani, em territórios indígenas de Mato Grosso do Sul, teve início com visitas técnicas decorrentes de trabalhos acadêmicos em disciplinas do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Mato

Grosso do Sul. Essa vivência, que se estendeu por meio de projetos de pesquisa que de que participou, propiciou relações crescentes de afinidade com os povos e abriu perspectivas de estudo pautadas em temas de interesse pessoal e intimamente relacionados à realidade dos Kaiowá e Guarani em contexto de fronteira nacional. Acerca desse primeiro contato, Cavararo afirmou:

De início, sempre tem uma visão mais acadêmica. Mas, assim, eu não sei se devido à experiência de vida, porque eu já tinha mais de 40 anos na época, e acabei fazendo um contato com perguntas que, talvez, outros acadêmicos não fizessem tanto. Porque acaba que a gente vai perguntando algo além, até pela minha experiência de vida e pela questão que eu também tive meu primeiro contato com povos indígenas, lá no Rio Grande do Sul, apesar de serem etnias diferentes. Lá era Guarani, e a aldeia Cachoeirinha, por exemplo, era Terena. A aldeia Água Branca, na época que eu fui, eu consegui conversar com Terena, mas também consegui conversar com Kaiowá. Então, vamos dizer assim que teve outro desdobramento. Iniciou com a acadêmica, mas foi me tirando outras perguntas, outras curiosidades em termos culturais. (Cavararo. Entrevista. 2025)

A pesquisadora Cavararo esteve em diferentes territórios indígenas durante as visitas técnicas e teve contato com povos tais como os Kaiowá e Guarani e os Terena. Entre os Kaiowá, pôde conversar com rezadores: “Na mesma disciplina, nós estivemos lá na aldeia Cachoeirinha, e é em Miranda. Aí lá consegui conversar com alguns rezadores” (CAVARARO. Entrevista. 2025). E em seu período de graduação do curso de Ciências Sociais, esteve também com os povos *Kamba*: “Quando eu cursei Ciências Sociais, eu pesquisei lá na fronteira, os *Kamba*, que são povos que, ainda que vivendo no Brasil, não são reconhecidos. São de origem boliviana que fizeram migração na época da construção Ferroviária” (CAVARARO. Entrevista. 2025). Ela conviveu também com os povos Guató e Kadiwéu (CAVARARO. 2016).

Após a graduação em Ciências Sociais, a pesquisadora realizou o seu mestrado em Antropologia Social no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, período em que aprofundou seus conhecimentos acerca da mobilidade espacial dos Kaiowá-Paĩ-tavyterã, que vivem na região de fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Configuram-se em um só povo e no Brasil se autodenominam como Kaiowá e no Paraguai, Paĩ-tavyterã. (CAVARARO, 2019).

Algumas das relações do período do mestrado, eu tenho até hoje. Então, eu vou, principalmente aos seu Salvador e Dona Leonarda, toda vez que eu vou próximo, eu tenho que passar lá. Ou, quando eles precisam de alguma coisa, eles me ligam. Quando eu tenho oportunidade também, eu ligo para eles, porque eles têm contato só por WhatsApp, porque lá no território não tem energia elétrica. Mas eu acabei tendo essa aproximação de amizade mesmo. (Cavararo. Entrevista. 2025).

De acordo com o depoimento, a relação da pesquisadora com os interlocutores de sua pesquisa de mestrado se consolidou como duradoura amizade. Ela destaca que durante o

período de interlocução para a pesquisa, ficou muito próxima principalmente dos anciões Kaiowá:

Acabei me identificando muito com os anciões. Eles são queridos. Me ensinaram tudo o que eles podiam, nas oportunidades que eu tive no território. O meu campo, infelizmente, não foi um campo muito longo. Eu ficava indo e vindo. O certo para a gente que é da antropologia é permanecer no campo, conviver com eles no dia a dia, até para a gente poder compreender mais a vida diária deles. Mas eu não tive essa oportunidade. O que eu pude estar com eles, foi bem gratificante. Eu mantenho essa amizade com eles até hoje. (Cavararo. Entrevista. 2025)

Além da relação de amizade, a antropóloga destaca que o respeito teve um espaço muito importante para que a confiança entre eles fosse estabelecida, “O que eu sempre busquei foi respeitar.” (CAVARARO, Entrevista. 2025). Cavararo observava que, por muitas vezes, os indígenas eram mais desconfiados e se resguardavam, o que para ela era é completamente compreensível devido toda a história de exploração, colonização sobre esses povos e pelo fato de que muitos antropólogos e pesquisadores acabam por conquistar a confiança desses povos no momento de realização da pesquisa, e, quando o trabalho termina, não voltam mais ao território, não reconhecem mais as relações feitas e por muitas vezes, não se preocupam em entregar resultados para o povo estudado, sequer apresentam para eles o trabalho concluído.

Durante o meu campo, eu confesso que, logo de início, a gente encontra muitas barreiras, né? E é compreensível que muitos pesquisadores vão até o território, não dão resultado, após a sua pesquisa, não retornam para ver se eles concordam com o que você escreveu. Eu tive muito essa preocupação. Então, nas primeiras idas ao território, eu encontrei essa dificuldade de eles terem desconfiança com pesquisadores. (Cavararo. Entrevista. 2025)

A dificuldade enfrentada por Cavararo tem a ver com o modo como alguns pesquisadores se relacionam com os indígenas, não se preocupando em fazer devolutivas de seus trabalhos aos povos. Tal comportamento condiz com a maneira do branco se relacionar com os indígenas, como menciona Ailton Krenak (2016), ao dizer que o branco não investe em relacionamentos duradouros. As relações tendem a ser descartáveis, pois não há esforço e interesse em manter uma relação após ter alcançado o objetivo almejado. Entendem as relações e as pessoas como substituíveis e as utilizam para suprir necessidades momentâneas.

Devido a essa dificuldade de superar a desconfiança com o pesquisador, Cavararo frequentemente estava em território Kaiowá, pois considerava muito importante construir uma relação que fizesse sentido para os seus interlocutores, para que eles soubessem que poderiam contar com ela e que ela estaria ali com eles. Se preocupou em entregar a eles o resultado dos trabalhos e, antes de sua defesa, voltou ao território com a pesquisa impressa para apresentá-la aos seus interlocutores e a todos dos territórios em que ela esteve, para se certificar de que o

trabalho condizia com o sentido concebido por eles, para saber se eles concordavam com o que havia escrito e para que eles ficassem com o trabalho em mãos, ratificando a intenção de que a pesquisa auxiliasse e colaborasse com as suas lutas territoriais e pelos seus direitos.

Estive várias vezes no território, buscava conversar com todos e não só com as lideranças, mas com os anciões, com as *Ñandesys*, com os *Ñanderu*. Então, isso, eu acho que foi trazendo essa confiança para eles comigo e, assim, eles foram se abrindo mais. E, no término da minha escrita, eu passei pela qualificação, mas antes da defesa, eu retornei ao território, sentei com aqueles anciãos e fiz a leitura com eles, com aqueles que tinham dificuldade de fazer a leitura, aqueles que não tinham entreguei impresso para que eles lessem e validassem o que estava escrito antes de eu levar para a defesa. E eu tive essa preocupação de saber se eles concordavam com o que estava escrito, assim, eles validando e concordando, aí eu levei para a defesa. E, mesmo assim, após a defesa, quando eu entreguei a versão final, eu voltei ao território e entreguei novamente impresso para eles, para que eles tivessem e expliquei que aquilo que eu escrevi era para auxiliar também na luta deles, na busca do reconhecimento territorial. (Cavararo. Entrevista. 2025)

A pesquisadora citou que houveram outras barreiras e dificuldades ao início do seu campo de pesquisa e uma delas foi em relação ao seu gênero.

Nas primeiras idas ao território, eu encontrei essa dificuldade e encontrei também, primeiramente, por eu ser mulher. Era um território de retomada, que na época tinha várias lideranças. Porque eles ainda eram aqueles de retomada e, por ser um grande território, cada ponto tinha uma liderança. E eu busquei, pelo menos, me aproximar da maior parte deles e, sempre por serem homens, eles têm essa resistência de se comunicar com mulheres. Aí, eu fui levando para o outro lado, já que era questão da fala de homem para mulher, de mulher para homem, eu comecei a levar meu marido ao campo. Então, algumas perguntas que eu sei que eles teriam dificuldade de responder, eu conversava com meu marido antes, explicava o que eu gostaria de resultado no diálogo, na roda de conversa. Ele fazia as perguntas e eu ia anotando. Aí, depois, eu mesma fazia as perguntas para validar e como eles já tinham respondido da primeira vez, eles respondiam. Eu usei essa estratégia. (CAVARARO. Entrevista. 2025)

Ela como uma mulher no campo, tentando estabelecer um contato com as lideranças do território *Ñande ru Marangatu*, que naquele período de sua pesquisa ainda era um território de retomada com muitas lideranças, porque se tratava de um território extenso e as lideranças eram majoritariamente masculinas, percebeu que não seria tão fácil o diálogo com essas lideranças, pois percebeu que os homens só falavam abertamente com outros homens e então passou a levar o seu marido consigo para o campo. Aderiu a este método para se aproximar de seus interlocutores, aproximação essa que havia sido dificultada devido ao seu gênero. E utilizou deste método de interlocução como uma estratégia de troca e aliança, iniciando à sua aliança com seus interlocutores.

Em sequência, Cavararo relatou que a relação de aliança entre os *Kaiowá* se mostra em suas relações de matrimônio. O matrimônio se configura em uma das alianças mais importantes: “Eu vejo aliança para eles na questão matrimonial, que é o que mais fortalece eles também de

um território para o outro, nessa mobilidade entre matrimônios.” (CAVARARO. Entrevista. 2025). E nessa relação as mulheres Kaiowá exercem um relevante papel de decisão, pois, o diálogo entre os casais Kaiowá se dava de maneira privada, no qual as mulheres tinham o poder de decisão e de fala, e em público, os homens eram os responsáveis por falar, e pautavam seus discursos nas conversas e decisões anteriormente tomadas por suas esposas, porque essa reciprocidade entre o casal é muito importante para eles. Cavararo pontuou:

Acontece que, dentro da tradição deles, não é que as mulheres não participam das lutas, das decisões. Elas acabam não falando muito em público, mas a maior parte das decisões vem das mulheres. Eles conversam entre si e quem repassa é o homem. Então, por isso que eu meio que utilizei, dessa estratégia do indígena para tentar me aproximar mais deles. E, com isso, eu observei que eles foram tendo mais confiança. (CAVARARO. Entrevista. 2025).

A pesquisadora se adaptou e aderiu a forma Kaiowá e Guarani de se relacionar, levando o seu marido ao campo e dialogando com ele anteriormente e tendo sua colaboração, para conseguir conversar com as lideranças e adentrar a sua lógica, através do entendimento de suas normas sociais. E, por meio dessas estratégias feitas a partir da lógica Kaiowá, os interlocutores se abriram e confiaram na pesquisadora, fazendo com que o vínculo existente se fortalecesse através da confiança mútua e do diálogo, que agora, era possibilitado pois, as lideranças que antes não conversavam diretamente com a pesquisadora, através da confiança que ela obteve, passaram a querer conversar e reconhecê-la quando estava no território. Cavararo afirmou que após usar essa estratégia com o auxílio de seu marido: “Eles foram vendo, pegando até essa relação de confiança comigo no território. Porque acabou que, assim, me parece, uma interpretação minha, que eles viam que o diálogo era o mesmo entre o casal” (CAVARARO, Entrevista. 2025). E, então, Cavararo conseguiu por meio da estratégia utilizada, se aproximar enquanto antropóloga e enquanto uma amiga, das lideranças e dos moradores do território e seguir realizando sua pesquisa em conjunto com seus interlocutores, superando desta maneira, a dificuldade enfrentada por ser uma mulher em campo.

Após essas barreiras iniciais, incluindo a barreira linguística que existia e muitas vezes dificultava a conexão entre Cavararo e seus interlocutores, ela afirmou:

Eu não falo Guarani. Então, nos primeiros campos, eu até tive uma companheira de campo, que foi a Rosa Colman, muito conhecida, professora, muito respeitada nos territórios. Eu tive essa ajuda para adentrar ao campo também. O próprio professor Hilário Aguilera Urquiza me ajudou também. (CAVARARO. Entrevista. 2025)

Com o apoio dos antropólogos por ela mencionados e o uso de suas estratégias, a pesquisadora construiu com seus interlocutores uma relação cada vez mais sólida. Ela visitava frequentemente as comunidades Ñande Ru Marangatu e a Colônia Pysyry, localizada no

Paraguai. Se preocupava em ouvir e conhecer a comunidade: “A gente, quando vai ao campo e conversa com a população, eu, pelo menos, busquei muito mais ouvir do que falar, até para poder compreender a tradição deles, a organização política e social” (CAVARARO. Entrevista. 2025).

Logo, seu relacionamento com seus interlocutores resultou no cultivo de uma aliança, pautada tanto nas visitas frequentes ao território Kaiowá, nas estratégias de aproximação do universo masculino, quanto na devolutiva da pesquisa em diferentes fases de sua realização, que contribuiu para fortalecer as comunidades estudadas em suas demandas pelo reconhecimento territorial. Cavararo acerca da relação de aliança estabelecida com seus interlocutores, frisou:

O que eu escrevi foi para auxiliar também na luta deles, na busca do reconhecimento territorial, foi a minha participação e, assim, eu acho que teve, essa, vamos dizer assim, afinidade deles comigo e de mim com eles também. A confiança, porque a aliança, ela parte muito de reconhecer o que você quer ver dentro do território. Então, essa aliança, eu acho que foi construída dessa forma. (CAVARARO. Entrevista. 2025)

A antropóloga afirma na passagem acima que a confiança e a aliança dependem do olhar do pesquisador, do que o pesquisador escolher enxergar dentro dos territórios, pois, ele pode escolher considerar apenas as suas demandas de pesquisa, e sair da experiência de contato com seu trabalho concluído e sem maiores vínculos ou compromissos com o grupo, ou pode ver também e sobretudo as demandas da comunidade, produzindo um trabalho acadêmico afinado com as necessidades do grupo e estabelecendo relações que avançam para muito além do aspecto meramente acadêmico, a relação de aliança.

Cavararo demonstrou a partir da sua fala: “Porque, a aliança, ela parte muito de reconhecer o que você quer ver dentro do território” (CAVARARO. Entrevista. 2025) a sua percepção acerca da sua relação de aliança com os seus interlocutores e de como e do que ela depende para existir. Em seguida, a antropóloga relatou sobre acontecimentos que ocorreram em decorrência de sua escolha ao estar em campo, devido ao que ela, enquanto pesquisadora, escolheu enxergar em campo.

Ao visitar o território, era logo recebida por eles com muito carinho, as crianças a chamavam e ela recebeu um nome em Guarani, a chamavam e a conheciam pelo nome dado por eles. A pesquisadora passou a fazer parte de almoços coletivos nos territórios que visitava e a troca entre eles se tornou evidente para ela, pois, ela recebia um alimento colhido para ela e da mesma forma, buscava levar alimentos também, para que pudessem almoçar todos juntos no *Tekohá*.

A aliança é reafirmada quando eles passam a nos apelidar, com um nome na língua, eu recebi. Não fui batizada, porque o território, na época, tinha *Ñanderu* e *Ñandesy*, mas não tinha casa de reza. Atualmente, já tem. Mas eles passam a nos convidar mais para fazer visitas ao território. Eles passam a nos convidar para poder acompanhá-los em algumas atividades do seu dia a dia. Por mais que para algumas pessoas possa ser simples, mas conhecer, por exemplo, o trabalho na roça, que é super gratificante para eles e não só pela alimentação, mas também a redistribuição dos seus alimentos entre eles. É a subsistência, mas entre eles, eu acho que ali já parte de uma confiança, de uma aliança. E essa redistribuição acaba passando para a gente também. Porque, quando a gente faz a visita à roça, eles sempre buscam te oferecer algum alimento, que para eles a gente sabe que vai fazer falta, talvez. Mas, quando eles te oferecem um cacho de banana, uma mandioca, um abacaxi, eles fazem a colheita na hora para você. Eu acredito que já seja uma troca ali. Tanto eles de se sentirem felizes por nós estarmos lá no território, e a gente também acaba tentando fazer essa pequena troca. Estar com eles, levar o alimento para que eles possam cozinhar, e a gente dividir essa alimentação juntas. Isso também aconteceu várias vezes quando eu fui ao território. Levavam o alimento e ali a gente compartilhava todo mundo junto. (CAVARARO. Entrevista. 2025)

A aliança firmada entre Cavararo e os Kaiowá, decorreu tanto de seu interesse e compromisso político com a efetivação dos direitos dos povos indígenas, de sua escolha ao estar em campo de enxergar e se preocupar com as demandas e necessidades territoriais do povo estudado, como das relações de proximidade consolidadas pela presença frequente em campo e pelas experiências de trocas materiais e afetivas entre ela e seus interlocutores indígenas. Cavararo afirmou: “É que é uma aliança construída através do afeto mesmo. Que é esse companheirismo.” (CAVARARO. Entrevista. 2025).

2.2 Amizade e comprometimento

O antropólogo, pesquisador e professor Antônio Hilário Aguilera Urquiza, teve seu primeiro contato com os povos indígenas ainda no ensino médio, encantou-se muito com a diversidade cultural dos povos Xavante e Bororo.

No segundo ano do ensino médio, nós fomos passar uma semana, duas semanas, nessa aldeia dos Bororo e dos Xavante, perto do rio Araguaia, divisa com Mato Grosso e Goiás. E eu nunca tinha visto. Fiquei encantado com aquela diversidade, com aquela diferença. Até porque ali era final dos anos 70 e os Xavante tinham menos de 20 anos de contato. Então, as mulheres tinham só um calçãozinho vermelho que os missionários davam pra elas [...]. Os rapazes, a mesma coisa, tinham só um short. E as crianças nuas, e aquelas casas com aquela cultura, bem, eu diria, bem raiz, bem tradicional. Na época, pra mim, foi um choque, um choque positivo. Fiquei encantado com aquela exuberância, sobretudo da cultura Xavante. E, por outro lado, eu guardo isso muito na memória, eles tinham no centro da aldeia um campo de futebol. E aí nós ficamos lá uns três dias nessa aldeia, depois ficamos em outras e aí eles marcaram futebol pra gente. Imagina, nós éramos seminaristas, do ensino médio, todo mundo jogava bola todo dia. E fomos jogar bola contra os Xavante. Então, assim, de um lado, uma cultura bem tradicional, de recente contato que, por outro lado, já conhecia o futebol. E não só, eles eram muito fortes. E aí, claro, nós perdemos pra eles. (AGUILERA URQUIZA. Entrevista. 2025).

Com o passar do tempo, cursou Filosofia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Lorena (1984), Pedagogia pela Universidade de Cuiabá, se especializou em Antropologia (teoria e métodos - 1999) e, por todo esse tempo, manteve o contato com os povos indígenas e realizou seu mestrado em Educação (Educação Indígena) pela Universidade Federal de Mato Grosso (1999) sobre o povo Bororo, e, conforme relata, continuou a construir uma relação baseada na amizade, interação e comprometimento com aquela sociedade.

Uma relação de amizade, de interação, de comprometimento com os direitos deles. E a antropologia me deu ferramentas para entendê-los um pouco mais, cada um na sua especificidade, na sua cultura, na sua história, nos seus rituais. São pessoas como a gente, que – na Constituição, diz isso, né? – que são cidadãos brasileiros, que têm direitos e deveres. Então, eles não são coitadinhos, nem são aqueles românticos. A gente tem que tirar esses dois lados que são preconceituosos. O lado do romantismo, de que eles são perfeitos, que são maravilhosos; mas que são gente. Se são gente, também têm coisas negativas. E, por outro lado, o que o senso comum fala, que são preguiçosos, que são isso ou aquilo. Nada a ver. É que eles têm outro ritmo, outra visão de vida, outro ritmo em relação ao trabalho, enfim. (AGUILERA URQUIZA. Entrevista. 2025).

A partir do mestrado, na área de Educação Indígena, teve acesso a ferramentas para uma maior compreensão das culturas indígenas de uma forma que o auxiliou a enxergá-los sem um excesso de encantamento e sem preconceitos, para então percebê-los a partir de suas humanidades e histórias, suas culturas a partir deles mesmos.

Aguilera Urquiza relata que durante o período de seu mestrado a relação com os povos indígenas, e, especificamente com o povo Bororo, tornou-se mais acadêmica, mas que não se restringiu à academia, pois vivenciaram e construíram juntos não só o saber acadêmico como também uma relação de amizade e troca, desencadeada pelo momento relatado pelo pesquisador em que houve por parte dos indígenas uma demanda pela dádiva, pela troca, que, ao ser aceita e propiciada pelo pesquisador, resultou em outras formas de relação para além da acadêmica.

No mestrado, eu fui lá conviver com os professores. Fiquei uma semana na aldeia porque eu trabalhava o tempo todo. Fiquei uma semana. Eu lembro que, no final, a pessoa que estava lá falou assim, professor, é de bom tom o senhor oferecer, no final da sua estadia de uma semana aqui, um almoço para todo mundo. Um bezerro o senhor compra e paga um bezerro que a gente vai carrear fazer um grande churrasco, porque era uma comunidade pequena, setenta/oitenta pessoas que eram da aldeia Garça do Meruri. E eu fiz isso, comprei um bezerro, paguei com meus parcos dinheiros e fizeram um grande churrasco, teve a mandioca, que era deles, e eu dei a carne. Nossa, foi uma festa! Então, assim, foi muito mais do que o aspecto acadêmico (AGUILERA URQUIZA. Entrevista. 2025).

Após o mestrado, seguiu mantendo contato com o povo Bororo e em seu doutorado em Antropologia, voltou para o território para realizar o trabalho de campo durante 6 meses. Conforme relata, mesmo passado o período de suas pesquisas, seguiu mantendo contato com seus interlocutores, conservando as amizades feitas com o povo Bororo.

Eu conheço pessoas desde quando eu fiz o primeiro campo. Aliás, um deles faleceu logo em seguida, que era o Hilário, que é o meu nome. Aí, o irmão dele, o Félix, foi o meu grande interlocutor no mestrado, infelizmente ele veio a falecer no começo desse ano, no primeiro semestre. Eu tinha um contato muito pessoal com ele, de acompanhar a trajetória dele, de escrever para ele quando ele estava internado, de conversar com ele. Senti muito, chorei quando ele morreu. Isso vai muito além da academia. Eu não queria, na época do doutorado, mas acabei batizando um menino na aldeia, quer dizer, fui o padrinho dele, se chama Eloir, hoje é um LGBT e a gente conversa todo mês. Pergunto como é que tá o pai dele, que é meu amigo de quando eu fiz doutorado. Enfim, só pra dizer assim, eu continuo com as relações. E isso lá no Norte, onde eu fiz meu mestrado e doutorado. Mas conheço gente dos Xavante, conheço indígenas que eu já orientei. Na minha carreira, mais de 10 indígenas, como o Gilberto Pires, Kiga, Eduardo dos Santos Rodrigues. Uns tão em Manaus, outros em Mato Grosso, vários que estão por aqui. (AGUILERA URQUIZA. Entrevista. 2025).

Além dos Bororo, Aguilera Urquiza estabeleceu contato e criou relações com diversos povos indígenas brasileiros, e independentemente de se encontrar geograficamente distante dos povos outrora estudados, se mantém presente para seus amigos e interlocutores. Desse modo, a relação do professor e pesquisador com os povos indígenas foi construída no decorrer de muitos anos e desde seu início ultrapassava o interesse acadêmico. Para ele, ao trabalhar com os povos indígenas, é impossível manter uma relação estritamente acadêmica, pois, o fazer antropológico direciona para as relações de proximidade e amizade, da mesma forma que para os direitos humanos e para os direitos indígenas, resultando também em comprometimento com o futuro dos povos tradicionais.

Começou sem ser acadêmico, depois virou acadêmico, mas nunca perdeu esse lado também do comprometimento. Até porque trabalhar com a temática indígena não tem como você ser só acadêmico. Leva para o lado dos direitos humanos, da defesa dos direitos indígenas e do comprometimento com o futuro dessas comunidades. Então vai além do acadêmico. (AGUILERA URQUIZA. Entrevista. 2025)

Com o povo Kaiowá e Guarani, a relação estabelecida pelo pesquisador também se caracteriza pela proximidade, amizade e comprometimento. De acordo com Aguilera Urquiza, ele realiza visitas aos territórios semanalmente e contribui efetivamente com o povo mediante esforços por assegurar seus direitos. “A gente compra a briga deles junto com eles, né? Então, eu continuo em relação [permanente] com as comunidades...”.

A partir desse depoimento é possível pressupor que a relação mantida pelo antropólogo com as comunidades que pesquisa se mantém com base em laços de solidariedade política. Tal condição vai ao encontro da noção de aliança do povo Kaiowá e Guarani de Octaviano (2024) quando diz que os modos de fazer política Kaiowá e Guarani são como uma relação de aliança, e que a partir da ação política, eles se reconectam com toda a comunidade e parceiros, se reinventam enquanto sociedade, realizam mobilizações e se defendem das violências sofridas.

A aliança, para Aguilera Urquiza, mais do que um recurso de ordem política se manifesta como uma condição de trabalho do antropólogo, pois que se fundamenta em princípios éticos. O antropólogo compreende que a parceria e o comprometimento são valores essenciais e indissociáveis para o estabelecimento de uma relação com os povos indígenas e, como tal, para a realização de pesquisas antropológicas.

O conceito de aliança no indigenismo, na antropologia e na etnologia, que é uma antropologia voltada aos povos originários, ela é um princípio, um valor essencial, né? Essa parceria, esse comprometimento, aliança com eles existe até no código de ética da ABA, em um dos itens que diz assim: você nunca pode prejudicar o povo originário com o qual você fez pesquisa. Por quê? Porque você sabe as entranhas dele. Você conhece o povo, a história, as fragilidades, assim como os direitos. Então, em nenhum momento você pode usar esse conhecimento contra esse povo. Você pode usar para o bem, mas contra, nunca. Então, isso é uma forma de aliança, está no código de ética da ABA, ter essa aliança e esse comprometimento é a base para qualquer trabalho de etnologia ou de indigenismo. (AGUILERA URQUIZA. Entrevista, 2025).

E em sua visão, o povo Kaiowá e Guarani têm percebido cada vez mais que o termo da reciprocidade é essencial para formar alianças com os não indígenas, e por isso, ao fazer pesquisa, a primeira demonstração de reciprocidade esperada é a de que o pesquisador se comprometa com eles e volte ao território para entregar a pesquisa, para mostrar o que foi produzido e esclarecer a forma que eles podem usá-la para lidar com as dificuldades. Da mesma forma, esperam que o pesquisador não pare de visitá-los, de estar junto com eles.

Os Guarani Kaiowá estão passando por um processo muito interessante [...] eles já estão compreendendo que muitas pessoas que vão para a aldeia, sobretudo os políticos de ocasião, vão para aproveitar. Assim como faziam antes, né? [...] As pessoas que iam lá tirar o território deles e ainda colocavam eles como sub-assalariados, exploravam mão de obra, enfim.[...] eles estão percebendo de uns tempos pra cá, que eles têm também que trocar, eles também têm que fazer alianças com os não indígenas. Então, eles mesmos exigem dos jovens pesquisadores que vão lá o termo da reciprocidade: o que eu vou ganhar com isso? Você vai passar uma semana, duas, aqui na aldeia trabalhando com a gente, e nós vamos ganhar o quê? Então, no primeiro momento, pode parecer um pidão, mas não é. Essa é a questão da reciprocidade. Você vai lá, entrevista, vai aprender com eles e qual vai ser a reciprocidade? Então, nesse trabalho de pesquisa com os povos indígenas, o que eu te digo, a primeira reciprocidade é a aliança, o comprometimento com eles. Você não pode pesquisar e sumir. Então, a primeira coisa é esse comprometimento, é a aliança. A segunda coisa é você devolver o estado da sua pesquisa. Então, em algum momento, você deve voltar lá na comunidade. Não é só levar o trabalho impresso, físico, mas dizer: 'Olha, a pesquisa foi assim, eu terminei, eu aprendi isso e isso com vocês. E continuar esse contato com eles. O que eles mais sentem nessa relação com as novas gerações é que muitos vão lá fazer a pesquisa e somem. Quer dizer, terminam o mestrado, conseguem emprego, passam no concurso e nunca mais voltam nem para agradecer. Então, para eles, isso é muito grave. (AGUILERA URQUIZA. Entrevista. 2025)

O antropólogo faz questão de afirmar que também ensina aos seus alunos e orientandos da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, através de suas aulas e de seus projetos, a reconhecerem e produzirem relações de respeito e de aliança com os povos pesquisados.

Frequentemente leva os discentes para realizarem pesquisas com o povo Kaiowá e Guarani e tem ouvido destes últimos, comentários tais como o de que seus alunos são, em suas palavras “daqueles que voltam”. Sendo que para eles, esse é um sinal importante e muito valorizado. Segundo o antropólogo: “Eu continuo levando alunos meus para as aldeias e eles falam: ‘professor, os seus alunos são daqueles que voltam, que se comprometem’, mas muitos não fazem isso, infelizmente”. (AGUILERA URQUIZA. 2025). Bem como, atua formando professores indígenas, reafirmando seu compromisso e comprometimento.

Outro aspecto que Aguilera Urquiza destaca como sendo mecanismo de reciprocidade e aliança, que exercita com os povos Kaiowá e Guarani diz respeito aos trabalhos relacionados à expertise profissional, como os laudos antropológicos, que são relatórios técnico-científicos elaborados por antropólogos para auxiliar processos jurídicos e administrativos que envolvam povos indígenas ou pessoas indígenas. Tais documentos referem-se a processos criminais contra pessoas indígenas e até a processos de demarcação territorial, cuja elaboração exige comumente a participação de outros profissionais em sua elaboração. Para Aguilera Urquiza, produzir laudos antropológicos é uma forma, ainda que de resultados não assegurados, porque são pautados em análises imparciais e sob regulada orientação jurídica, de contribuir com as comunidades em situações e domínios nos quais dispõem de poucos recursos para atuar.

Os relatórios técnico-científicos e as ações realizadas por Aguilera Urquiza, condizem com a noção de aliança política, que o antropólogo exerce com os povos Kaiowá e Guarani, bem como com a perspectiva de aliança a partir da amizade e de bons encontros, definida por Sales (2022), quando ressalta que estar junto, fortalecer-se e promover diálogos entre alteridades, configura-se como fatores de geração de alianças.

Além do expediente técnico-científico, o pesquisador mencionou outros marcos que para ele, tornam muito clara e efetiva sua aliança com os povos indígenas, com os Kaiowá e Guarani e essa relação entre eles. Dentre eles, destacou um momento que o antropólogo viveu em conjunto com os povos no ano de 2005, em que houve a reintegração de posse do território Nanderu Marangatu:

Eu lembro de um caso agora, se não me engano em 2005. Eu fui lá em Nanderu Marangatu, em Antônio João. Eles tinham acabado de fazer uma retomada. O presidente Lula tinha homologado [o território] no início do mês de abril daquele ano, e aí chegou no começo de dezembro veio a notícia de que um juiz da Suprema Corte, tinha acolhido um habeas corpus dos fazendeiros porque havia uma falha processual. E, por causa dessa falha processual, o processo voltou à estaca zero. E o juiz do Supremo, que era o Jobim, na época deu o ganho de causa aos fazendeiros. Acolheu o habeas corpus e logo tinha que fazer a reintegração de posse da fazenda. E eu fui lá com a minha equipe de direitos humanos, o pessoal do CIMI. Cheguei à noite, quase que passei a noite em claro [...] apareceu o helicóptero, as forças armadas, batalhão

de choque, cavalaria. É impressionante as forças de segurança para desalojar, sei lá, cinquenta, sessenta famílias de indígenas daquele território que já havia sido demarcado e homologado pelo presidente. E aí eu estava com eles. Fiquei morrendo de medo de que se comesse a soltar bala, eu estaria morto [...] E aí, passados quinze, dez, anos, doze anos, em 2018, eu voltei à área. E aí cheguei na comunidade, eles já tinham reformado tudo de novo, ainda não tinha sido demarcado. Eles tinham reformado, então já era um espaço, entre aspas, um pouquinho mais seguro. E aí eu voltei nessa história. Conteí que eu estava aqui com aquele helicóptero, um monte de forças armadas. Quando eu falei isso, os olhos, assim,” o senhor estava aqui com a gente, que o senhor sofreu junto”, porque esse fato para eles é como se fosse a travessia do mar Vermelho por Moisés com o povo judeu lá no Antigo Testamento. [...] Acabou ficando na história daquela comunidade, aquele ato tão brutal de violência do Estado brasileiro contra eles, para fazer a integração de posse. E eu estava ali, e quando eles ficaram sabendo que eu estava ali, diziam assim: “o senhor sofreu com a gente, o senhor quase morreu com a gente”. Nossa, todas as portas se abriram. Incrível! Até hoje eu vou lá, só falta estender o tapete vermelho. Porque eu estive com eles em um momento de muito medo, de muito sofrimento. (AGUILERA URQUIZA. Entrevista. 2025)

Aguilera Urquiza, ao descrever a situação vivida ao lado dos Kaiowá e Guarani do território Nanderu Marangatu, fala sobre o compromisso de estar junto com os povos e em como, quando isso ocorre, a relação de aliança se reafirma e as comunidades passam a ver que a aliança é de fato real, que o pesquisador estará com eles. Ao estar presente no dia da reintegração de posse de uma terra já homologada, que havia acabado de perder todo o seu processo de demarcação, o pesquisador reafirmou o seu apoio e presença aos povos Kaiowá e Guarani em um momento de decisão política contrária aos povos e grande violência por parte do Estado contra essa comunidade. Portanto, se afirmar politicamente a favor aos Kaiowá e Guarani neste momento, resultou em notável reafirmação da relação de aliança. Essa é uma condição que, segundo o antropólogo, caracteriza a antropologia brasileira, o que, em última instância, a definiria como uma ciência cuja prática se assentaria na aliança.

A antropologia brasileira, frente às primeiras antropologias do mundo, tem qualidade, mas numa coisa que quase nenhuma outra tem: que é exatamente o comprometimento político com os interlocutores. Sejam eles quilombolas, indígenas ou LGBT. Então, a antropologia brasileira se nega a ser uma antropologia de gabinete, como acontece na maioria dos países fora disso, por exemplo, na Europa. Estados Unidos, você vai, faz a pesquisa, volta pro seu gabinete e pública. Inclusive Lévi-Strauss, ele ficou, que se somar tudo, não dá seis meses que ele passou de trabalho de campo. E depois passou o resto da vida, 90 anos, publicando. E voltou pra cá pouco tempo antes de morrer. Então, na antropologia brasileira, ela é muito respeitada pela maioria, mas odiada e invejada por alguns pelo comprometimento que ela tem da antropologia com os povos pesquisados. Então, essa é uma característica muito forte da antropologia brasileira. Então, tudo que eu disse pra você agora não é uma coisa minha. A maior parte dos antropólogos e antropólogas brasileiros, eles têm esse comprometimento com aquilo que eles pesquisam, com os grupos, os interlocutores, ainda mais se forem minorias. Mais comprometimento ainda. (AGUILERA URQUIZA. Entrevista. 2025)

Portanto, o antropólogo fala de uma aliança que é política e se dá através da relação de proximidade, amizade e sobretudo, comprometimento com os povos indígenas brasileiros, e

pontua que essas características de sua relação de aliança com os Kaiowá e Guarani e todos os seus interlocutores de diferentes etnias, não são exclusividade de sua relação com os povos, mas sim, uma característica do antropológico brasileiro.

2.3 “Um antropólogo regional”

O pesquisador, antropólogo e professor Diógenes Egídio Cariaga nasceu e cresceu em Caarapó, município que abriga uma das maiores reservas indígenas de Mato Grosso do Sul, segundo o Censo de 2022. Em decorrência de sua origem e devido ao fato de seus pais terem sido professores de uma escola municipal na cidade, na qual muitos dos alunos eram indígenas, ele teve muitos colegas e amigos das etnias Kaiowá e Guarani, sendo o contato diário e próximo.

Eu sou, de uma cidade no interior do estado, Caarapó, que tem a terceira ou quarta maior população Kaiowá e Guarani, do estado do Mato Grosso do Sul, que vivem na terra indígena Te'yikue, uma reserva criada pelo SPI ainda no início do século passado. Conta também hoje com a terra indígena Guyraroká, que foi demarcada em 2009, porém as famílias não fazem uso da extensão total demarcada. Então, desde muito pequeno, eu tinha consciência da presença da população indígena na cidade, e muito também por conta do trabalho dos meus pais, mais voltado para uma questão de ativismo e militância, que fazia com que também mantivesse relação com as lideranças e as famílias na aldeia, por conta da educação, principalmente pela luta pelas questões que envolviam as políticas educacionais e culturais no município, onde meu pai foi gestor de educação e cultura do Município. (CARIAGA. Entrevista. 2025)

Devido ao seu convívio precoce com os Kaiowá e Guarani, decorrente das atividades e contatos frequentes dos pais com aqueles povos, a sua relação de proximidade com os indígenas ocorreu muito antes de seu interesse acadêmico, por pesquisá-los.

Havia desde sempre essa relação, muito mais com uma relação de proximidade, mas sem interesse, até então, de pesquisa. A pesquisa vai ser muito tardia, já posterior à minha própria graduação. Sou graduado em Ciências Sociais pela UFMS, mas durante a graduação a gente teve pouco contato com as pesquisas que envolviam a etnologia indígena. Havia um número maior de sociólogos e também de antropólogos e antropólogas, mas dos que eram efetivos do curso de Ciências Sociais, a maior parte deles não trabalhava com questões que envolvem povos indígenas. Na minha graduação, eu tive uma disciplina que chamava Sociedades Indígenas, mas que foi dada por uma pessoa que não era etnóloga. Então, durante a graduação, não houve essa aproximação. (CARIAGA. Entrevista. 2025)

Passado o período escolar e a sua graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), trabalhou em áreas e órgãos que promovem os direitos dos povos indígenas, como é o caso da Funai. E atuou também como assessor da Comissão de Assuntos Indígenas e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, na CPI (Comissão

Parlamentar de Inquérito) que investigou e apurou casos de desnutrição e morte de crianças Kaiowá e Guarani.

A minha atuação junto aos Kaiowás Guaranis foi muito mais por uma ação no indigenismo, ou seja, trabalhando em políticas voltadas para os povos indígenas do que na pesquisa acadêmica. Eu só retornei para o mestrado em 2010, depois de pelo menos seis anos trabalhando, sete anos depois da graduação, trabalhando com projetos governamentais e também não governamentais voltados para os povos indígenas no estado. Mas foi muito a partir da atuação enquanto assessor da Comissão de Assuntos Indígenas e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa que eu atuei na CPI mista, que envolvia apurar os casos de desnutrição e morte de crianças Kaiowá e Guaranis nos anos 2000. Foi uma situação bastante grave, que vitimou muitas crianças e foi considerada uma situação epidêmica. Havia muito pouco estudos sobre o que era infância, criança no contexto indígena. Então, a partir dessa minha experiência na Comissão que eu construí um projeto de pesquisa e ingressei no mestrado em história, na linha de história indígena, sob orientação do Prof. Levi M. Pereira, na UFGD, para pesquisar as transformações do modo de ser criança entre os Kaiowá, a partir de uma abordagem que envolvesse a transformação geracional, parentesco e a produção de conhecimentos naquilo que a gente chama de educação indígena. (CARIAGA, Entrevista. 2025)

Após anos trabalhando como indigenista, retornou à academia para realização de seu mestrado em História, na Universidade Federal da Grande Dourados, em que pesquisou sobre as crianças Kaiowá, em decorrência de seu trabalho enquanto indigenista como assessor em uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito). Dois anos depois de ter concluído seu mestrado, iniciou o doutorado em Antropologia Social, na Universidade Federal de Santa Catarina, sobre o povo indígena com quem mais estabeleceu contato durante sua vida, os Kaiowá e Guarani, visando continuar contribuindo com a luta pelos direitos dos povos indígenas, em consonância com seus trabalhos feitos antes da academia, como indigenista, pois, desde o início de seu contato com os povos indígenas, estabeleceu uma amizade e se engajou politicamente a favor das causas indígenas.

Logo, sua trajetória antes de ser acadêmica já havia sido marcada pelo indigenismo político, motivado por sua relação com os indígenas, pois, em outros termos, antes de o antropólogo ingressar na pós-graduação e iniciar suas pesquisas eminentemente acadêmicas, já vinha consolidando experiência de trabalho e militância junto aos povos indígenas, o que caracteriza um processo de formação de aliança com os Kaiowá e Guarani. Por fim, o professor durante a entrevista mencionou que “o fazer científico reconhece as alianças políticas” (CARIAGA, Entrevista. 2025), mostrando que as alianças firmadas anteriormente tiveram continuidade em seu trabalho como pesquisador. Desde de 2019 ele atua na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul como professor, trabalhando em conjunto com a comunidade indígena para formar professores indígenas.

Cariaga, com base na perspectiva de Lévi-Strauss, entende que o termo aliança ultrapassa as relações de consanguinidade. Ao discutir o sentido do termo aliança na antropologia, o autor destaca que para além da consanguinidade, que fundamenta a lógica dessas relações nas sociedades como um todo, as alianças possuem também um fundamento político.

O termo aliança pode ter uma interpretação antropológica que é extrapolar as relações para além da consanguinidade. A teoria da aliança, inclusive, é um dos nomes que a teoria do parentesco de Lévi-Strauss tem, porque o Lévi-Strauss vai demonstrar que, entre os povos da América do Sul, mais importante do que a consanguinidade, a descendência linear, é a aliança. Ou seja, isto é, produzir uma relação que se baseia para além do aspecto consanguíneo com um afim que se torna um parente. A aliança pode ser um termo de parentesco, mas ela também é um termo político. E a aliança, do ponto de vista político, ela é aquilo que transforma também em afins, mas não em afins potencialmente consanguíneos, ou seja, com aqueles que você vai contrair matrimônio. Mas é fundamentalmente o termo de ressaltar esse comprometimento político. (CARIAGA. Entrevista. 2025).

Cariaga, mesmo concordando com Lévi-Strauss com o fato de aliança ser um idioma do parentesco, destaca seu caráter político. Nesse sentido, aproxima-se de autores como Pimenta e Coelho (2024), que pontuaram o fazer político enquanto aliança que excede a consanguinidade, utilizando-se das articulações com aliados externos e internos para fins de proteção e sobrevivência. Ela se estabelece e se reproduz na condição de relação política, sendo uma estratégia muito valorizada na lógica e na prática dos indígenas.

O antropólogo relatou durante entrevista que em sua tese de doutorado debruçou-se sobre alguns dos termos que os Kaiowá utilizam para falar sobre seus aliados não indígenas, ressaltando que ao utilizarem esses termos, ao falar em aliança com povos não indígenas, tratam indefectivelmente de compromisso político.

Na minha tese, eu exploro um pouco alguns termos das alianças a partir das traduções que os Kaiowás fazem sobre os brancos e para as relações com os brancos. Então, por exemplo, a aliança pode ser expressa no termo de identificar alguns brancos como parceiros. Então, necessariamente, quando se usa o termo aliança, no caso de um contexto intercultural, de políticas interculturais, se pretende enfocar o comprometimento político de pessoas não indígenas com aquele determinado grupo. Ou seja, a aliança é política, seja no parentesco ou seja no engajamento coletivo com o movimento ou com os projetos indígenas de autonomia e protagonismo. (CARIAGA. Entrevista. 2025).

O pesquisador conclui sua reflexão sobre aliança com os povos Kaiowá e Guarani chamando a atenção para os diversos domínios em que a aliança se manifesta e reproduz. Tal como afirma:

[...] como professor, hoje eu atuo na formação, orientando... TCC, pesquisa de mestrado, doutorado, e me engajando em projetos que às vezes extrapolam a vida

acadêmica. E aí são questões que são muito mais no campo, por exemplo, da atuação junto aos movimentos, aos partidos, às campanhas políticas. A gente precisa refinar um pouco o que a gente está entendendo como lógica da aliança, para voltar ao que eu falei há um tempo atrás. Nós estamos falando de comprometimento político, engajamento nessas ações. Então, por isso é muito importante que a gente entenda esse histórico da própria antropologia brasileira que vai formar antropólogos e antropólogas que têm um perfil como o meu, que não é necessariamente um perfil de alguém que constrói sua trajetória na universidade. Eu construo minha trajetória muito mais no indigenismo e depois retorno para a universidade. Então tem uma diferença no modo como a gente constrói a relação com eles, entendendo sempre essa chave. Se há uma demanda que a gente pode cumprir, então esse é o nosso papel, de atuar ali como mediador ou muitas vezes um auxiliar das demandas que são colocadas pelo movimento. CARIAGA. Entrevista. 2025).

E, tal como afirmado por Aguilera Urquiza, Cariaga acrescenta que, em Mato Grosso do Sul, a antropologia é baseada majoritariamente na relação de aliança, por serem relações com grande comprometimento político, na qual os antropólogos se colocam ao lado e junto, ao se tratar dos direitos dos povos indígenas.

Muito do que a gente faz no Mato Grosso do Sul, é uma antropologia da aliança, porque ela é uma antropologia engajada, porque a gente entende o engajamento como um compromisso ético da própria antropologia. (CARIAGA, Entrevista. 2025)

Ao situar a antropologia implicada, Cariaga a relaciona à antropologia brasileira, afirmando que a antropologia brasileira historicamente reverbera a antropologia implicada.

O Bruce Albert, um antropólogo francês, desde os anos 1980, tem escrito sobre o que ele chama, muitas vezes, de antropologia implicada, ou seja, de você se colocar junto na resolução de um problema não só antropológico, quanto um conceito acadêmico, mas também de entender o que as comunidades, o que os grupos indígenas entendem como um problema que requer a coparticipação de pessoas externas à comunidade. E, nesse sentido, a antropologia brasileira sempre foi uma aliada, tanto no papel de quando a política indigenista brasileira considerava os indígenas tutelados até a Constituição de 88. Muitos antropólogos e antropólogas atuavam em organizações indigenistas que existem até hoje, não governamentais, mas também o próprio papel da Associação Brasileira de Antropologia, desde a Carta de Barbados, que vai rediscutir o papel do Estado com povos indígenas na década de 70. E, no Brasil, fundamentalmente na Constituição de 88, onde a Associação Brasileira de Antropologia, presidida pela antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, foi extremamente atuante na construção do Capítulo dos Índios. Isso é bastante documentado, então eu acho que é nesse sentido que a gente reforça. Eu digo a gente, enquanto a antropologia brasileira, reforça essa aliança política com os projetos indígenas de construção de mundo. (CARIAGA. Entrevista. 2025)

Cariaga citou o antropólogo francês, Bruce Albert, ao contextualizar o conceito de antropologia implicada, que fala sobre a antropologia enquanto prática que dispõe de seus conhecimentos para solucionar demandas concretas dos grupos pesquisados, assim como, quando o pesquisador se posiciona ao lado dos povos indígenas para elaborar soluções de dificuldades e problemas que as comunidades entendem requerer a coparticipação de pessoas

externas à comunidade. Cariaga situa o fundamento antropológico de uma prática engajada e a relaciona à antropologia brasileira, ao fazer antropológico brasileiro, exemplificando o papel desempenhado por antropólogos e pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) na Constituinte de 1988, especificamente na construção do Capítulo dos Índios, um capítulo destinado para tratar detalhadamente do reconhecimento dos povos indígenas e de seus direitos fundamentais.

Cariaga relatou em entrevista que seu relacionamento com o povo Kaiowá e Guaraní existe há mais de vinte anos, e, em sua tese de doutorado escreveu que um amigo Kaiowá também pesquisador e antropólogo, Tônico Benites, o categorizou como um antropólogo regional, que significa que ele pertencia à mesma região que pesquisava. Esse fator lhe possibilitou estabelecer uma relação duradoura com o povo estudado. Ele sempre voltava ao território e, como tal, era uma pessoa que compartilhava o contexto histórico da sociedade com a qual convivia, fator que lhe possibilitava compreender melhor as dinâmicas micropolíticas na região (CARIAGA, 2019).

De acordo com Cariaga, Tônico Benites também comentou sobre sua insatisfação com pesquisadores que muitas vezes se comportam de maneira utilitarista, que não se portam como aliados e sim com academicismo exacerbado, apesar de serem recebidos nos territórios como parceiros e amigos. O antropólogo indígena ressaltou a importância do fato de Cariaga ser um pesquisador que nasceu e permaneceu na região, pois nessa condição tem muito a acrescentar à luta Kaiowá.

Tônico abriu um bloco da conversa criticando, em sua opinião, o modo utilitarista como via alguns pesquisadores, que tinham passado pela sua aldeia e que haviam sido recebidos não somente como “cientistas”, mas como aliados da causa indígena Kaiowá e Guaraní. Entretanto, não se furtou de relatar a frustração do distanciamento e a conduta excessivamente acadêmica provocada pelo fato de muitos destes pesquisadores não conhecerem mais a fundo as questões históricas, políticas e sociais da relação entre as famílias indígenas e não indígenas, que pelo fato de eu ser nascido na região sul do MS, minha pesquisa poderia ter maiores rendimentos devido a minha posição de antropólogo regional. (CARIAGA, p.42. 2019)

Ao relatar, durante a entrevista, sobre o período de sua relação com o povo Kaiowá e Guaraní que advém de uma longa duração, Cariaga afirmou ser esse também um elemento chave de aliança reconhecido pelos Kaiowá, justamente por ser uma condição que o coloca permanentemente à disposição das demandas do povo e replicando os termos da aliança.

São mais de 20 anos de atuação junto aos povos Kaiowá e Guaraní, fundamentalmente. E acho que a maior reverberação dessa aliança é a longa duração da pesquisa. Uma característica também muito específica do Mato Grosso do Sul é a longa duração das nossas pesquisas. É muito recorrente, que quem faça campo por

aqui acaba permanecendo, no meu caso, sou sul-mato-grossense e retornei para cá depois em concurso. Então isso garante essa continuidade das ações e essa aliança, porque surgem novas demandas, a gente é... confrontado pelas demandas indígenas e assim a gente passa a replicar outros termos dessa aliança. (CARIAGA. Entrevista. 2025).

Como tal, o antropólogo compreende que o tempo de atuação junto aos povos Kaiowá e Guaraní é condição importante para consolidar sua aliança com esse povo, pois a longa duração da pesquisa, como ele diz, além de ser uma característica das pesquisas do Mato Grosso do Sul, “nos torna aliados de primeiro momento” (CARIAGA. Entrevista, 2025). Desse modo, o tempo configura-se também como um fator de manutenção das trocas com a comunidade e de reafirmação das alianças.

Cariaga reafirma a sua aliança com o povo Kaiowá como decorrente de uma série de relações de reciprocidade, que se manifestam através do comprometimento político e do engajamento em ações que favoreçam o povo estudado. Assim como Aguilera Urquiza, ele vê estas características de aliança como inerentes à Antropologia Brasileira. Nesse sentido, identificam suas relações a partir do comprometimento político, da formação profissional, da amizade, da luta pelos direitos, e da antropologia implicada identificando-as não de maneira isolada, mas sim, como características da antropologia brasileira e da antropologia feita em Mato Grosso do Sul, pois, como Cariaga relatou, muito da antropologia feita no Estado de MS é uma antropologia da aliança, uma antropologia engajada como um compromisso ético da própria antropologia brasileira (CARIAGA. Entrevista. 2025). Aguilera Urquiza afirmou nesse mesmo sentido acerca da Antropologia brasileira, que carrega em si como um valor essencial o compromisso político e a parceria com os povos indígenas (AGUILERA URQUIZA. Entrevista. 2025).

2.4 Etnologia, comprometimento e compreensão

O professor, pesquisador e antropólogo Levi Marques Pereira, nasceu em Dourados, onde teve seus primeiros contatos com populações indígenas, pois, trata-se do segundo Município de Mato Grosso do Sul com maior população indígena, segundo o Censo de 2022. Em Dourados trabalhou como técnico agrícola e, em decorrência desse trabalho, conviveu de maneira direta e frequente com o povo Indígena Guaraní, tendo estabelecido com ele uma forte amizade, da qual resultou a partilha de muitos momentos em comum e aprendizados. Nesse mesmo tempo e função também teve a oportunidade de manter um contato rápido com alguns antropólogos.

Após essas vivências, e enquanto cursava Letras e se envolvia com questões políticas, se interessou por antropologia e ingressou em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, com foco na antropologia. Manteve sua relação com o povo Guarani pelo trabalho prático que realizava como técnico agrícola nos períodos de férias acadêmicas, continuou a construir a amizade que já existia entre eles, mantendo os momentos que eles compartilhavam juntos, agora com o amparo da antropologia para compreender melhor o mundo deles, consolidando relações que foram cruciais para as suas pesquisas de Mestrado e Doutorado.

Eu consegui uma bolsa de estudos e fui fazer Ciências Sociais. Então, eu interrompi o curso de letras no segundo ano, já ia iniciar o terceiro ano, mas interrompi e fui fazer Ciências Sociais, mas já com foco na Antropologia. [...] Então, o curso de Ciências Sociais tem essa coisa aberta, né? Sociologia, Ciência Política e Antropologia. Mas eu já iniciei o curso sabendo que eu queria ir para a área da Antropologia. Então, eu tomei as leituras, eu direcionei para isso. Claro que eu fiz todas as disciplinas. E fiz também bacharelado e licenciatura juntos. [...] Como eu vinha do trabalho prático, indigenismo e tal, eu tinha esses contatos com os indígenas. Então, nas minhas férias escolares, eu voltava ao trabalho de técnico agrícola. Até como um acordo que eu fiz com eles. A questão da bolsa que eu recebia. Eu achava que tinha esse compromisso. Porque eu conseguia essa bolsa via trabalho. Essa bolsa eu pensava que era do trabalho. (PEREIRA. Entrevista. 2025)

Para o antropólogo e professor Levi Pereira, sua relação com o povo Kaiowá e Guarani, desenvolveu-se a partir desse contato resultante de seu trabalho como técnico agrícola, período em que ainda não dispunha do conhecimento antropológico sobre os povos indígenas, entretanto, foi o momento em que a convivência se desdobrou em uma amizade.

O meu trabalho, eu trabalhei quatro anos como técnico agrícola, nesse projeto em Dourados. Então, nesse período, eu não tinha formação em ciências sociais. E nem estava num projeto que as pessoas tinham essas preocupações antropológicas e tal. Era uma produção, produtivista mesmo. Mas, eu gostava muito de ficar com eles. Então, eu ia pescar, eu ia caçar, eu participava de tudo, assim, das coisas da vida. Naquela época, a gente fazia muito isso. A maior parte das áreas que hoje são de soja, milho, naquela época ainda era ou mata ou pastagens. Então, como a gente trabalhava no projeto que tinha uma Toyota, no final de semana, a coisa mais comum a gente ir caçar. Lá no Rio Santa Maria, no Rio Brilhante, no Rio Dourados. A gente acampava em um desses locais que tinha acesso ao rio, e ia pescar, caçar e tal. E eu fazia isso sem nenhuma preocupação, vamos dizer assim, etnológica. Eu fazia porque gostava. É claro que a gente sempre aprende alguma coisa. Depois, quando eu fiz mestrado, que eu escrevi a dissertação e tal, daí minha etnografia também é muito lembrar esses contextos de interação e o que eles informavam sobre a etnografia. Como que eu podia trazer, fazer tipo uma etnografia pregressa. Do vivido. (PEREIRA. Entrevista. 2025).

Em seu depoimento, Pereira relata que sua etnografia muito se deu a partir do vivido com o povo Kaiowá e Guarani, sendo essa uma categoria de aliança e o seu significado diz respeito a uma relação duradoura e descompromissada, seja da academia ou da militância

política, construída a partir de referências práticas e de sociabilidade da própria comunidade indígena, como os exemplos da pesca e da caça, tomadas em forma de lazer coletivo.

Pereira trabalhou com outros povos indígenas, entretanto, os povos com os quais mais manteve contato foram os Kaiowá e Guarani, “Trabalhei pontualmente com outros povos, mas com os Kaiowás Guarani que eu tive mais contato” (PEREIRA, Entrevista. 2025). E dessa convivência prolongada destacou-se em suas interlocuções não só o esforço de compreensão, como também, a intimidade que propicia a relação de sinceridade, entre pesquisador e pesquisado e a ausência de julgamento.

[...] E na pesquisa etnográfica também, as pessoas só se sentem estimuladas para te contar as coisas se elas sentirem que você consegue compreender, pelo menos um pouco. Se você não consegue compreender, se tem muita dificuldade de compreensão, as pessoas não se sentem estimuladas a ficar explicando as coisas. Então, por exemplo, você imagina... se chega uma pessoa que não conhece nem nada de cristianismo, o cara não vai querer explicar o segredo da Santíssima... o mistério da Santíssima Trindade, né... porque são três... Deus Pai, Deus Filho e Deus Espírito Santo, mas os três são um e tal... uma teoria abstrata. Não dá para explicar assim, de qualquer jeito. Então, acho que era esse sentido também, assim, acho que a etnografia, ela vai muito por camadas... Eu acho que qualquer etnografia, em qualquer contexto, tem camadas de compreensão. Conforme você vai compreendendo algumas coisas mais básicas... você tem condições de perguntar coisas que fazem mais sentido, fazer perguntas com mais sentido... e também as pessoas vão te falar coisas mais, digamos assim, do abstrato do sistema delas. Porque você vai ter condição de entender. E outra coisa também: as pessoas sabem falar as coisas e você ter esse sentido de que você não vai condenar, ou seja, que você não vai julgar, que você não vai reprovar. E que você tem um interesse sincero também em compreensão. A sinceridade, ela é fundamental para a interlocução. Então, se a pessoa percebe que o seu interesse é sincero, você quer de fato entender, quer compreender, ela se sente estimulada para poder falar. (PEREIRA. Entrevista. 2025)

Para Pereira, o aspecto da afinidade do antropólogo com o grupo estudado é um fator muito importante, advém dele o alcance da pesquisa e abrangência descritiva e profundidade analítica. E a afinidade para o autor, se relaciona diretamente ao grau de conhecimento prévio que o pesquisador possui acerca do tema que investiga, a fim de propor questões que tenham significado para os interlocutores e de sua capacidade de compreender a lógica por meio da qual está sendo formulado o raciocínio do sujeito pesquisado. Tais atributos da pesquisa dependem fortemente do grau de familiaridade e intimidade do pesquisador com o povo pesquisado, com seus interlocutores, pois é da confiança que resulta o diálogo aberto e da simetria de posição social e do discurso que advém a compreensão e o conhecimento. Por fim, o antropólogo compreende que a aliança que resulta do vivido, que se traduz no compartilhar visões, práticas e afetos com sentido, é a condição necessária, ainda que não suficiente, do bem proceder da pesquisa antropológica voltada aos povos indígenas.

Além da aliança resultar do vivido, Pereira acrescenta que a reciprocidade exerce um papel muito importante na relação de aliança, sendo a sua base, tal como exposto em seu depoimento abaixo que pressupõe a abertura para a escuta sincera. A aliança é troca, e sua eficácia se mede pelo grau de simetria e respeito entre os agentes envolvidos na relação. Para o antropólogo, um exemplo concreto de troca e de compreensão de mundo, se deu em um dia em que estava com um de seus interlocutores Kaiowá:

Eu estava sentado na casa de uma pessoa, um indígena, conversando com ele. E ele estava me contando um monte de coisas interessantes. Uma cosmologia. Eu estava notando. Eu estava todo empolgado. Quando você está descobrindo coisas você fica empolgado. Daí o tempo estava querendo chover, eu levantei a cabeça e tinha um arco-íris. Saiu um pouco de sol e tinha um arco-íris lá. Estava chovendo ou tinha chovido. Daí eu apontei para o arco-íris e disse: ah, que arco-íris bonito. Daí o cara falou assim: ah, bonito para você também, pra mim não é bonito não. Daí eu falei: mas por quê? Daí... E outra coisa também: as pessoas sabem falar as coisas e você ter esse sentido de que você não vai condenar, ou seja, que você não vai julgar, que você não vai reprovar. E que você tem um interesse sincero também em compreensão. A sinceridade, ela é fundamental para a interlocução. Então, se a pessoa percebe que o seu interesse é sincero, você quer de fato entender, quer compreender, ela se sente estimulada para poder falar. Daí eu perguntei: mas por que não é bonito para você? Daí ele me explicou. Um tipo de divindade que ela tem um poder de destruição e tal. Ele explicou, uma explicação longa sobre isso. Daí, ele falou assim: "Mas e para você? Por que você acha bonito?" Então, ele devolveu a pergunta. Por sorte eu tinha lido a Bíblia. E eu sabia lá a história de Noé. Noé, quando fez a arca, e, quando ele corre, baixando, vai baixando, vai baixando, que a arca senta no chão novamente. Daí, aparece o arco-íris. E o arco-íris é um símbolo da aliança perpétua entre Deus e o homem, que Deus não destruiria mais a terra por causa do homem, para não matar os animais. Então, ele falou: "Por isso você acha que é bonito". E ele entendeu, eu acho, porque faz sentido para eu dizer que é bonito. E eu entendi porque faz sentido para ele não achar bonito. Ou não achar uma coisa boa. (PEREIRA. Entrevista. 2025)

O antropólogo afirmou que outro aspecto que perpassa sua relação com seus interlocutores, é o comprometimento com suas demandas e com a procura por soluções para os problemas por eles enfrentados.

Então, eu acho que a gente acaba... tem um aspecto da aliança da gente que a gente faz, que é essa aliança de ser solidário com as demandas deles e com a busca de solução para os problemas que eles enfrentam, por exemplo, a questão fundiária. Então, isso aí é uma questão que acho que é um modo de você responder a essa questão que você acaba desenvolvendo. No meu caso, o tipo de antropologia que eu pratico, com a qual eu me identifico mais, é o que eles falam mais de etnologia: a abordagem etnológica sul-americana, que é um tipo de abordagem que vem de uma formação mais estruturalista, levi Straussiana. Então, ela tem também, é primordial para esse tipo de antropologia, um compromisso em compreender o mundo. E a compreensão do mundo indígena, dos termos que ele mesmo se organiza, que ele mesmo se formula, ou seja, pensar o pensamento indígena, tentar compreender como ele se formula, como ele se constrói a partir dos próprios conhecimentos indígenas. E tem uma outra abordagem; é uma abordagem mais política, diretamente mais política, que é essa abordagem que pensam os indígenas a partir do Estado. (PEREIRA. Entrevista. 2025)

Pereira compreende que ao falar sobre o fazer antropológico e sobre a sua relação com os povos indígenas, existem distintas linhas antropológicas que pautam essa relação de diferentes maneiras, e embora as abordagens sejam particulares, o pesquisador afirma que o compromisso com os direitos das populações indígenas se dá como uma obrigatoriedade do antropólogo. Tanto é assim, como irá afirmar, secundando Aguilera Urquiza, que no caso brasileiro a própria Associação Brasileira de Antropologia (ABA), estabelece em suas normas, o dever do compromisso antropológico com os seus interlocutores.

A minha formação em antropologia é muito mais voltada para a linha mais estruturalista, que é um compromisso de compreensão, de interlocução para a busca da compreensão do mundo indígena nos próprios termos dele. E não prioriza muito a relação. Não está centrada diretamente nessa relação com o Estado, não é a partir do Estado, mas do próprio sistema de conhecimento indígena. Então, por isso que ela é uma abordagem mais formalista, mais estruturalista. Mas é claro que tem também uma dimensão de compromisso, que é geral para os antropólogos, independente da linha da filiação teórica. Embora o pessoal que é dessa linha mais contratualista, que pensa a antropologia a partir do contato, eles têm o costume de reivindicar a exclusividade no compromisso político. Mas, todos os antropólogos, independente da associação teórica deles, no caso do Brasil, eles buscam, eles se orientam pelo código de ética da própria ABA, que já coloca a obrigatoriedade de você não fazer trabalhos voltados a prejudicar os interesses indígenas. Então, essa ideia do compromisso com os direitos indígenas, ela é um compromisso dos antropólogos que fazem parte da associação. Pode-se dizer [...] que no Brasil tem uma tradição de formação de antropólogos que está expressa na própria associação da categoria, que coloca como obrigatoriedade você não confrontar os direitos indígenas. Eu acho que isso é legal. Embora isso ocorra independente da aplicação teórica dos antropólogos. Embora alguns priorizem na sua abordagem a relação com o Estado, que é isso que a gente chama de contratualista, territorialização, essa coisa toda. E outros priorizam, na abordagem, a compreensão dos sistemas sociais indígenas. (PEREIRA. Entrevista. 2025)

Pereira aborda no depoimento a relação de aliança e a caracteriza a partir do ponto de vista político, de compromisso com as causas indígenas. Tal como Aguilera Urquiza e Cariaga, o pesquisador reafirma a posição política da ABA de respeitar as demandas e as lutas indígenas e não se colocar em posição contrária aos direitos e interesses dos povos indígenas.

O antropólogo, desde o princípio, em sua pesquisa de mestrado, buscou construir com os Kaiowá e Guarani uma relação baseada em um comprometimento político, porém, pautado em um compromisso de compreensão mútua de mundo, como explica o pesquisador.

Eu acho assim que, como eu já vinha desde o início com essa, me situando nesse mundo, mais assim, de pensamento de esquerda, pensamento libertário. Então, e como eles eram, e são até hoje, um grupo subjugado pelo Estado e tudo mais, então isso construía em mim um compromisso político também. Mas esse compromisso político também tem um outro lado, que é o compromisso de compreensão do mundo. E é sempre uma coisa de certa forma meio comparativa. Como o exemplo que eu te dei lá do arco-íris. Porque as coisas fazem sentido, tem um sentido no mundo e pode ter um sentido, outro sentido diverso no outro mundo. E aí você tem essa, e de certa forma, essa troca interessa tanto pra gente como pra eles, porque também eles, e no caso deles, compreender como nosso mundo se organiza, serve até para eles comporem

estratégias de sobrevivência e de relacionamento com este mundo. Então, é nesse sentido. Eu vejo assim, e se você me perguntasse como eu vejo os interlocutores indígenas, eu vejo como parceiros de compreensão de mundo. E é claro que você também, de alguma maneira, você é parceiro também na construção de procedimentos e soluções para esses problemas que envolvem. Mas eu acho que é muita arrogância da gente também de querer achar que a gente vai ter a solução para as coisas. Então, acho que, se a gente fica meio resignado a essa posição de compreensão, é mais uma posição mais viável, mais aceitável do que você se arrojar no direito de que você pode propor. Isso também é uma coisa que diferencia um pouco a antropologia contratualista da etnologia. A antropologia da atualidade tende a ser mais diretiva, no sentido de apresentar soluções para as coisas e de interferir. (PEREIRA. Entrevista. 2025)

Nesse sentido, se a aliança se processa no domínio político, da defesa pela causa indígena, do reconhecimento de seus direitos e do compromisso por auxiliá-los em sua conquista, Pereira acrescenta um elemento que, de acordo com ele, perfaz sua prática desde os primeiros estudos no campo da antropologia, a parceria na compreensão de mundo. Este é, para ele, o mecanismo de mão de mão dupla que permite ao antropólogo dialogar em situação de igualdade com os povos pesquisados e colocar-se como parceiro equivalente de troca, pois ambos compreendem o mundo um do outro, e dessa compreensão que resulta a construção conjunta ou a aceitação de soluções que as sociedades propõem para seus problemas.

Pereira demonstra que essa conduta, da compreensão mútua, reverbera em práticas importantes em prol das sociedades indígenas, como nos processos de identificação de terras, momentos dos quais participou efetivamente, fazendo perícias e contribuindo para a demarcação dos territórios. Tais ações resultaram em aliança com o povo Kaiowá e Guarani, pois, nessas situações ele estava trazendo o conhecimento indígena sobre o território e seu uso para um processo de defesa de direitos, bem como, buscavam juntos nesses momentos, formas de potencializar a defesa de seus direitos. Ele considera que esses momentos, se configuram também como uma espécie de devolutiva do pesquisador para com os interlocutores, pois deles advêm os conhecimentos adquiridos pelo antropólogo.

Nos processos, por exemplo, de identificação de terra, de perícia que a gente fez, eu acho que é um momento legal, porque, ao mesmo tempo, quando você faz uma identificação na terra, uma perícia, você está tentando trazer o conhecimento indígena sobre o território, sobre o uso do território, sobre muita coisa, sobre o modo como eles compreendem o mundo, para dentro de um processo de defesa dos direitos. Então, eu acho que é uma aliança. Você busca formas, junto com eles, você busca formas de trazer esse conhecimento de uma maneira que ele possa potencializar a defesa desses direitos. Então, acho que é isso: é um momento muito interessante. E é uma maneira também devolutiva, em certo sentido. Você tem um monte de perguntas que faz, que você está tentando entender e tal. É uma maneira de trazer essas coisas para um processo que é do interesse deles, mais imediato. (PEREIRA. Entrevista. 2025)

No relato acima do antropólogo acrescenta que, até em momentos críticos, como o de identificação de terras, a aliança se manifesta ou se realiza na condição de ser uma prática simétrica, que envolve não apenas a ação conjunta, mas a compreensão mútua dos agentes sobre o sentido da ação e o respeito pelos significados fundantes desses entendimentos. Ressaltando novamente que a aliança é mais do que o compromisso e o envolvimento com uma causa, mas o diálogo compartilhado e esclarecido sobre seu significado.

Por fim, dirá o pesquisador, é com base nessa concepção antropológica, da compreensão como o compromisso da Antropologia, que se promove o engajamento na transformação da realidade, pois, o conhecimento é uma pré-condição para operacionalizar uma estratégia política, utilizando da racionalidade do próprio sistema indígena.

O conhecimento é uma pré-condição para você operacionalizar uma estratégia política. Sem conhecimento, você pode ter vontade de fazer, mas você não vai ter uma fundamentação com elementos do próprio sistema indígena para poder fazer isso. (PEREIRA. Entrevista. 2025)

CONCLUSÃO

O trabalho teve como objetivo compreender se e como a relação de aliança se manifesta no trabalho de antropólogos com povos indígenas. Mais especificamente, se o trabalho de pesquisa dos antropólogos Andréa Lúcia Cavararo Rodrigues, Antônio Hilário Aguilera Urquiza, Diógenes Egídio Cariaga e Levi Marques Pereira, realizado com os povos Kaiowá e Guarani, compreende uma relação de aliança entre as partes e em que termos e condições ela se manifesta. Da mesma forma, o estudo visa compreender se essa possível relação de aliança tende a se estabelecer nos moldes da noção de aliança concebida e praticada por esses povos.

A fim de alcançar esses propósitos, a pesquisa por meio de revisão bibliográfica, abordou o significado de aliança entre os povos indígenas desde a teoria de aliança de Lévi-Strauss (1982) até estudiosos e pensadores que abordaram o tema mais recentemente, tais como Ailton Krenak (2016) e Eduardo Sales de Lima (2022). Em seguida, enfocou a noção de aliança para os povos Kaiowá e Guarani especificamente, baseando-se em antropólogos como Levi Marques Pereira e Lauriene Seraguza. Após esses tópicos, abordados no primeiro capítulo desta monografia, o foco voltou-se para a concepção de aliança dos interlocutores deste estudo, a partir de sua prática de pesquisa, mediante a realização de entrevistas orientadas para este tema.

No decorrer das entrevistas, tornou-se evidente que os pesquisadores entendem ter havido relações de aliança com os interlocutores de suas pesquisas. Entretanto, cada

antropólogo(a) tem sua história particular e suas especificidades teóricas e de campo. Tal como Pereira afirmou, independentemente da abordagem antropológica, “tem também uma dimensão de compromisso, que é geral para os antropólogos, independente da linha da filiação teórica”. (PEREIRA, Entrevista. 2025). Aguilera Urquiza, por seu lado indicou que: “Trabalhar com os povos indígenas ultrapassa o acadêmico. Leva para o lado dos direitos humanos, da defesa dos direitos indígenas e do comprometimento com o futuro dessas comunidades” (AGUILERA URQUIZA, Entrevista. 2025), e Cariaga, enfaticamente frisou a importância do comprometimento político e do quanto este, representa para ele, a aliança esperada e devida nos relacionamentos de trocas e compromissos interculturais.

Além do comprometimento, cada antropólogo construiu em conjunto com os seus interlocutores suas relações, com suas características específicas. A pesquisadora Cavararo, ressaltou a relação de aliança que mantém com seus interlocutores a partir do afeto, respeito e confiança: “teve a afinidade deles comigo e de mim para eles, a confiança, porque a aliança parte muito de você reconhecer o que você quer ver dentro do território. Essa aliança foi construída dessa forma.” (CAVARARO, Entrevista. 2025). Um aspecto muito importante de sua concepção de aliança está em seu entendimento de que a aliança é construída a partir da escolha do pesquisador ao estar nos territórios de direcionar o olhar e a atenção para as demandas da comunidade, se dedicando para construir uma relação duradoura que contenha confiança, respeito e afeto. A perspectiva de aliança da pesquisadora se relaciona com o termo aliança afetiva, cunhado por Krenak (2016), que pressupõe que a aliança precisa ser construída baseando-se em uma lógica que reverta a natureza essencial e totalizante dos brancos de se relacionarem, possibilitando uma troca com diversas possibilidades, compartilhamento de experiências, diálogo e afeto de mundos diferentes.

Cavararo no início de seu trabalho de campo, para se aproximar e ter a confiança de seus interlocutores, se utilizou da lógica Kaiowá, como um método de interlocução e de aproximação de visão de mundo e como uma estratégia de troca e aliança, essa maneira de realizar relações dialoga com a experiência de aliança de Pereira, que foi estabelecida a partir da compreensão do mundo indígena, dos termos nos quais eles mesmos se organizam, que eles mesmos formulam, utilizando da criatividade e os momentos vividos para compreender acerca do sistema social, cultural e político Kaiowá.

Cabe também ressaltar que, diferentemente das experiências dos antropólogos aqui entrevistados, Cavararo, por ser mulher, e em diálogo com o universo indígena masculino, precisou valer-se de expedientes outros de aproximação para estabelecer relações com as

lideranças dos territórios Kaiowá que pesquisou. Ela teve que valer-se de recurso alternativo e criativo, que foi o de interpor a mediação de seu marido para ter acesso ao grupo pesquisado e conquistar sua confiança. A solução mostrou-se eficiente, porém chama a atenção para o recorte de gênero que se interpõe no estabelecimento de relações entre pesquisadora e lideranças indígenas masculinas. Não é nosso propósito aprofundar essa reflexão, até porque não temos relatos de uma experiência possível e inversa da pesquisadora com mulheres indígenas, que serviria de parâmetro de comparação. De qualquer modo, o acesso que se mostrou facilitado aos pesquisadores homens, por compartilhar momentos de lazer como pesca e futebol, por poder estar próximo em situações coletivas informais ou formais, como assembleias políticas, foi dificultado à pesquisadora cujos dispositivos sociais de aproximação estavam previamente interditados.

O pesquisador Aguilera Urquiza caracterizou sua relação de aliança como comprometimento político para com seus interlocutores, sendo esse aspecto político a chave de compreensão da noção de aliança do pesquisador. Bem como, para Cariaga a aliança se dá como implicação, com o aspecto da ação política como sua principal característica. O que se relaciona com a lógica indígena de aliança ressaltada por Pimenta e Coelho (2024) ao analisarem a aliança dos povos transfronteiriços da região Norte do Brasil, os Yine-Manxineru e os Ashaninka, que exercem a aliança politicamente, utilizando-a como estratégia de sobrevivência, de cuidado com os seus territórios e de seus parentes. Aguilera Urquiza e Cariaga afirmam, nesse sentido, que a aliança ultrapassa a consanguinidade, pois, essa relação utiliza-se das articulações com aliados externos e internos para fins de proteção e sobrevivência, além de que se estabelece e se reproduz na condição de relação política.

Para Pereira, a aliança se dá a partir do vivido e como compreensão compartilhada. Para ele, a aliança é decorrente de troca de conhecimentos, compartilhamento de diferentes perspectivas e diálogos que valorizam os diferentes saberes. Dessa forma, aproxima-se e corrobora a visão de Krenak (2016), que define aliança como um exercício profundo de troca e conexão.

Os dados aqui apresentados e interpretados indicam que o fazer antropológico tal como praticado em relação aos povos indígenas Kaiowá e Guarani no contexto deste estudo, não só resulta em relações de aliança, como também, perpetua a existência dessa relação e faz dela um caminho a ser percorrido pelos pesquisadores que virão futuramente. Aguilera Urquiza relatou o fato de que por ele ter os caminhos abertos com o povo Kaiowá e Guarani, por ser uma pessoa de confiança e por seu compromisso com eles, faz com que, o povo Kaiowá dê um primeiro

voto de confiança para os pesquisadores trazidos por ele, pois sabem que o aliado traz consigo outras pessoas que serão aliadas também, multiplicando e perpetuando as relações de aliança entre eles e os antropólogos, pesquisadores e a academia.

Aguilera Urquiza, Cariaga e Pereira destacaram que a relação de aliança é uma prática comum ao fazer antropológico brasileiro que, por si só, ultrapassa o contato meramente acadêmico e promove em geral um relacionamento mais profundo e o compromisso com as comunidades pesquisadas, que resulta em aliança. Eles mencionaram que a própria Associação Brasileira de Antropologia, que orienta os antropólogos filiados, dispõe da obrigatoriedade em seu código de ética de não realizar trabalhos que prejudiquem os interesses ou confrontem os direitos dos povos indígenas, independentemente de suas filiações teóricas, incluindo a garantia dos seus direitos humanos e legalmente reconhecidos (ABA, 2024).

Cariaga ressaltou que, além da Antropologia Brasileira ser uma aliada histórica dos povos indígenas, com grande protagonismo em momentos marcantes da história, como na construção da Constituição de 1988, segue marcando a história por formar antropólogos que possuem um perfil indigenista, como o dele, fortalecido para lutar em conjunto dos povos indígenas por suas demandas e direitos.

Portanto, a partir dos depoimentos, é possível concluir que a prática dos antropólogos aqui pesquisados se realiza segundo a lógica da aliança, pois que pautada no compromisso político com as causas indígenas, em relações de troca e amizade, em afetos e convívios, em trabalhos conjuntos, na formação de jovens pesquisadores indígenas, entre outras práticas que demonstram um forte compromisso dos pesquisadores com os povos Kaiowá e Guarani. E, os procedimentos dos antropólogos com seus interlocutores tendem a se pautar não apenas numa lógica prescrita para a antropologia, mas em critérios próprios dos povos pesquisados em torno do significado de aliança, resultando em alianças que correspondem a visão Kaiowá e Guarani dessa relação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARIAGA, Diógenes Egídio. **É possível guaranizar a universidade? Reflexões iniciais sobre Antropologia e a presença dos estudantes indígenas na UEMS em Amambai (MS).** *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 46, n. 1, p. 78–99, jan. 2021. DOI: 10.4000/aa.7667. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aa/7667>. Acesso em: 8 jul. 2025.

CARIAGA, Diógenes Egídio. **Relações e diferenças: a ação política Kaiowá e suas partes.** 2019. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas,

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/204486/PASO0494-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 9 jul. 2025.

COLMAN, Rosa Sebastiana. **Guarani Retã e mobilidade espacial Guarani: Belas caminhadas e processos de expulsão no território Guarani**. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015, 212 p.

Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/953014>. Acesso em: 05 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

KRENAK, Ailton. **As alianças afetivas. Entrevista concedida a Bené Fonteles**. Ágora: OcaTaperaterreiro, 2016. Vista da instalação na 32ª Bienal.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

Disponível em: <https://classicos12011.wordpress.com/wp-content/uploads/2011/03/lc3a9vi-strauss-claude-as-estruturas-elementares-do-parentesco.pdf>. Acesso em: 25 out. 2025.

MELIÀ, Bartomeu; GRÜNBERG, Georg; GRÜNBERG, Friedl. **Los Paĩ-Tavyterã: etnografía guaraní del Paraguay contemporáneo**. Asunción: Centro de Estudios Antropológicos, Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción, 1976. *Suplemento Antropológico*, v. XI, n. 1–2, p. 151–295. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/livros/los-pai-tavytera-etnografia-guarani-del-paraguay-contemporaneo-2a-ed-rev-ampl>. Acesso em: 2 jul. 2025.

MELIÀ, Bartomeu (ed.); AZEVEDO, Marta; BRAND, Antonio; PEREIRA, Levi Marques. **Guarani Retã 2008: povos Guarani na fronteira Argentina, Brasil e Paraguai**. [S. l.]: Unam, CTI, Cimi, Instituto Socioambiental, CEPAG, SPSAJ, 2008. 24 p. (Caderno ISA, GID00223).

Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/publications/gid00223.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2025.

MURA, Fábio. **À procura do “bom viver”: território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowa**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2019. 632 p. (Tese de Doutorado defendida em 2006 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional/UFRJ). ISBN 978-85-87942-65-4. Disponível em: https://www.abant.org.br/files/128_00163894.pdf.pdf. Acesso em: 3 jul. 2025.

OCTAVIANO, Arthur Paiva. **O canto que esfria o calor das balas: a ação política da juventude Kaiowá e Guarani frente aos processos de violência e criminalização do Estado**. Universidade Federal da Grande Dourados, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/6116/1/ArthurPaivaOctaviano.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2025.

PEREIRA, Levi Marques. **A socialidade na família Kaiowá: relações geracionais e de gênero no microcosmo da vida social.** *Temáticas*, Campinas, v. 16, n. 31–32, 12 dez. 2008. DOI:10.20396/tematicas.v16i31/32.12441.

Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/12441>. Acesso em: 7 jul. 2025.

PEREIRA, Levi Marques. **Imagens Kaiowá do sistema social e seu entorno.** 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

PIMENTA, José; COELHO, Maria Emília. **Alianças transfronteiriças e protagonismo indígena na Amazônia contemporânea: dois casos etnográficos na fronteira Brasil-Peru.** *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 63, 2024. DOI: 10.11606/1678-9857.ra.213671.

SALES, Eduardo de Lima. **Nhanderu disse em sonho: a aliança Guarani-jurua.** 2022. 239 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8161/tde-23052023-191530/publico/2022_EduardoSalesDeLima_VCorr.pdf. Acesso em: 3 jul. 2025.

SANTOS, Augusto Ventura dos. **Ensaio sobre a potência do chiru: tecnologia cosmopolítica e operador ontológico do xamanismo Kaiowá.** *ACENO – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, Cuiabá, v. 5, n. 10, p. 79–96, dez. 2018. DOI: 10.48074/aceno.v5i10.7240. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/7240>. Acesso em: 8 jul. 2025

SOUZA, Lauriene Seraguza Olegário e Souza. **As donas do fogo: política e parentesco nos mundos guarani.** São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2023.

Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-17022023-161454/publico/2022_LaurieneSeraguzaOlegarioESouza_VCorr.pdf. Acesso em: 6 jul. 2025.